



Plano de Governo

DUDA SALABERT

Belo Horizonte 2024



PREFEITA
DUDA 12
VICE: PROFESSOR
FRANCISCO FOUREUX





Resumo do Programa

Carta de Apresentação	2
Um programa de governo para cuidar de BH, em um contexto de emergência climática, com justiça socioambiental e responsabilidade fiscal	4
Eixo 1 - Segurança de Direitos	7
Gestão da água, fonte da vida: universalizar o acesso à água e ao saneamento	8
Assistência e proteção social e cidadania	10
Segurança alimentar e agroecologia	12
Saúde pública fortalecida e de qualidade	13
Belo Horizonte, Cidade Educadora	15
Segurança pública: menos medo e violência e mais políticas e transparência	18
Esportes e Lazer para todas as pessoas, em todas as regionais	20
BH de todas as cores, culturas e religiões	21
Eixo 2 - Belo Horizonte de todas as idades, identidades e territórios	24
Políticas, direitos e cuidado com a população LGBTQIAP+	25
Políticas para a Primeira Infância e Juventudes: respeito ao nosso presente e futuro	26
BH que respeita sua história é uma BH inclusiva às pessoas idosas	29
Um belo e acessível horizonte para as pessoas com deficiência:	30
Cidade de Todas as Mulheres	32
Estes passos vêm de longe: povos e comunidades tradicionais	35
Imigrantes: portas abertas, com oportunidades	36
BH de todas as espécies: direito dos animais	37
Eixo 3 - BH: território resiliente, rico em oportunidades e sustentável	38
Mudanças climáticas e Qualidade do Ar: conhecer, mitigar, adaptar e resistir	40
Política urbana e espaços públicos em contexto de crise climática	43
Moradia digna como direito fundamental e estímulo econômico	45
Mobilidade e logística urbana, transporte e acessibilidade: garantias para uma metrópole ativa, articulada e internacional	47
Outra vez, Cidade Jardim: espaços públicos verdes, azuis e coloridos	52
Resíduos sólidos: gestão eficiente, popular e solidária	54
Economia Urbana Solidária, Criativa e Circular: emprego, trabalho, renda e oportunidades	57
Desenvolvimento Urbano: de BH para o mundo e um mundo de oportunidades para BH	58
Transição ecológica, justa e inclusiva	64
Turismo sustentável, inclusivo e cultural	65

Carta de Apresentação



Olá, me chamo Duda Salabert, tenho 43 anos, sou casada, mãe da Sol, vegana, ambientalista e professora de Literatura há mais de 20 anos.

Em 2018, fui a primeira transexual a disputar o cargo de senadora na história do nosso país. Em 2020, fui eleita vereadora, carregando comigo o título de pessoa mais votada da história da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte. Em 2022, me tornei a Deputada Federal mais votada da história das nossas Minas Gerais.

Quero te contar um pouco mais da minha história.

Nasci em Belo Horizonte, morei a minha vida quase toda nesta cidade, pela qual tenho um enorme carinho e amor. Fiz o curso de Letras, me apaixonei pela sala de aula, pela literatura e comecei a dar aula, já no 1º período da graduação, para jovens e adultos. Me formei politicamente na nossa cidade. Aqui, fundei a Transvest, uma organização da sociedade civil que acolhia e dava oportunidade às pessoas trans e outras pessoas em vulnerabilidade. Nesta caminhada, conjunta à minha carreira de professora, percebi que poderia propor algo novo na política mineira: uma professora, trans, com vontade e coragem de propor mudanças reais na política.

Na eleição de 2018, tive 351.874 votos, o que me fez ser a pessoa trans que mais recebeu votos no país. Continuei minha carreira como professora, defendendo a educação de qualidade para todas as pessoas e lutando pela efetivação e ampliação dos direitos humanos, além de atuar fortemente na questão da segurança pública.

Em 2020, fui eleita vereadora, a mais votada da história dessa cidade que tanto amo. Quando soube do resultado das eleições, chorei. Abracei minha família. Choramos juntas. Me enchi de orgulho, ao saber que uma mulher trans foi eleita a pessoa mais votada da história da sexta capital mais populosa do Brasil.

Quando estive vereadora, participei ativamente da aprovação de Projetos de Lei sobre o direito de pessoas com deficiência, das crianças, dos povos indígenas, dia da conscientização e enfrentamento do parto prematuro em Belo Horizonte, da dignidade menstrual que estabelece doação de absorventes nas escolas municipais de Belo Horizonte, assim como vários Projetos de Lei que aguardam votação. Contribuí fortemente para que a Serra do Curral não fosse explorada pela mineração, ilegal ou não. Criamos uma rede de dezenas de milhares de belo-horizontinos(as) em defesa de um dos nossos cartões postais mais lindos.

Em 2022, fui eleita Deputada Federal, a mais votada da história das Minas Gerais. Circulando por Minas e estando em Brasília, tenho fortalecido as lutas que sempre fiz em Belo Horizonte. Em meu primeiro ano de mandato, fui selecionada pela Revista Time como uma das **100 personalidades em todo o mundo capaz de transformar a próxima**

geração de líderes e também fui escolhida como uma das 10 melhores parlamentares federais do Brasil pelo Congresso em Foco. Participo das Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), Comissão Externa sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repactuação (CexMaBru), Comissão de Educação (CEducação), Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime (CSPCCO) e Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), além de integrar várias Frentes, como a Frente Ambientalista, na qual coordena o GT Águas.

Em outra frente de atuação, tenho criado laços e investido na diplomacia parlamentar, integrando várias redes de parlamentares da América Latina e Caribe e outras internacionais. Participei de vários eventos e encontros internacionais, como a Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a Água, a COP 28 e outros.

Compreendo que há dois caminhos para transformarmos as cidades e sociedades: o da educação e o da política. Na educação, me relacionei com a diversidade, com pessoas que pensam diferentes, que me ensinaram a lidar com essa pluralidade das visões de mundo. Com a sala de aula, aprendi a ter essa visão mais ampla da sociedade para, na vida política, conversar com grupos diferentes e didatizar o conhecimento, apresentando-o de forma didática, qualificando-o, como merece Belo Horizonte.

Apresento a vocês nosso candidato a vice-prefeito, Francisco Foureaux, o Chico.

Nascido e criado em Belo Horizonte, de terceira geração de belo-horizontinos, Chico estudou no Pandiá Calógeras e no Marconi. Fez escola técnica no SEBRAE. Lá, despertou sua paixão pela administração pública. Coursou, na Universidade Federal de Minas Gerais, licenciatura em História, sendo apaixonado pela educação e pela gestão pública. Fez mestrado na UFMG, estudou a sociedade e sua organização, com foco na mobilidade urbana da capital.



Depois de formado, deu aulas em importantes escolas das redes pública e particular de BH. Enquanto estudava e trabalhava, se articulou a conterrâneos na defesa da educação e na luta pela melhoria do transporte coletivo.

Chico participou do Observatório de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte e da Comissão de Trânsito e Transporte da Regional (CRTT) Centro-Sul. Nesse caminho, de quase trinta anos, Chico pode conhecer de perto nossa cidade e, assim como eu, ter orgulho de dizer que é de Belo Horizonte.



Um programa de governo para cuidar de BH, em um contexto de emergência climática, com justiça socioambiental e responsabilidade fiscal

Nosso Programa de Governo é fruto dos acúmulos dos encontros, processos e experiências que vivemos desde que começamos, Francisco e eu, a nos envolver na política belo-horizontina e mineira, ainda na sociedade civil. Ele é, também, resultado dos compromissos que assumi, até aqui, com organizações de classe, empresariais, movimentos sociais, Universidades e outras instituições de ensino, redes de compartilhamento e aprendizado. No plano, trazemos os acúmulos dos nossos mandatos como vereadora e deputada federal. Por fim, e mais importante, ele é fruto de um diálogo em curso com a sociedade belo-horizontina.

Podemos dizer que essa é a nossa versão inicial do Programa de Governo, que será atualizado, amadurecido e melhorado, a partir dos encontros, processos e experiências que vivermos, a partir de agora e até o dia das eleições, com o povo belo-horizontino. Fazemos, então, um convite a você, eleitor em Belo Horizonte, para que contribua com este Programa de Governo, que é nosso.

O Programa de Governo traz como base a resolução dos problemas da população, a partir da escuta e da participação social. Queremos fazer política para a cidade, para a melhoria da qualidade de vida, em especial de quem mais necessita, não para a Prefeitura, para a Prefeita. Sabemos que com reorientação dos investimentos, coragem e capacidade de ampliação das fontes de financiamento, o Programa de Governo que apresentamos para a cidade é exequível.

Outro pilar do Programa é o reconhecimento de que o planeta Terra está em um contexto emergência climática¹, que se configura como uma ameaça real à vida cotidiana das pessoas, e que as mudanças climáticas têm a característica de aumentar a quantidade e a intensidade dos eventos extremos climáticos, do calor e precipitação, dentre outras tantas consequências que configuram um novo cenário para a sociedade humana, como as fortes chuvas em Petrópolis (RJ), em Recife (PE) e Minas Gerais, em 2022, Bertioga, São Sebastião (SP), em 2023, e as do Sul do Brasil, em 2023 e 2024.

Tais chuvas deixaram mortos, feridos e perda de casas e bens, com grande impacto, também, nos orçamentos municipais, estaduais e federal, sem qualquer planejamento prévio para tal. Temos também as secas, como a de Manaus, em 2023, o aumento da ocorrência de doenças zoonóticas, como a dengue vista e vivida em 2024 no país, entre outros tantos eventos.

¹ Esta é a conclusão de 11.000 cientistas que assinam o artigo *World Scientists' Warning of a Climate Emergency*. Ver <https://academic.oup.com/bioscience/article/70/1/8/5610806>.



Estudo Técnico do Observatório dos Desastres Naturais², da Confederação Nacional de Municípios, mostrou que desastres naturais causaram, na última década, um prejuízo estimado de R\$401,3 bilhões em todo o Brasil. Isso é o equivalente a quase 25 vezes o orçamento de Belo Horizonte, uma cidade com 2,3 milhões de pessoas. As mudanças do clima são, também, uma questão econômica na qual o povo pagará a conta, se não agirmos para evitar que tais problemas sejam maiores do que já o são.

Ou seja, as coisas estão conectadas e uma Prefeita precisa partir disso, como princípio, para atuar de maneira efetiva, eficiente e eficaz no que diz respeito à redução das consequências das mudanças climáticas, com ações de adaptação e mitigação, assim como com respostas rápidas e de salvaguarda da vida humana quando houver perdas e danos à população. Em suma, com base na ciência e nos anseios populares, vamos desenvolver a capacidade adaptativa de Belo Horizonte a este novo cenário que nos acompanhará por mais décadas e décadas - e se intensificando.

É fato de que os efeitos das mudanças no clima são sentidos de forma desigual entre as pessoas, em especial entre as populações negras, periféricas, mulheres, crianças, povos originários e tradicionais, entre outros. E quem são estas pessoas mais afetadas? Nós, em Belo Horizonte, felizmente, temos como responder. Desde 2015, a Prefeitura conta com um potente instrumento de planejamento e gestão que tem sido pouco utilizado: a Análise de Vulnerabilidade dos Municípios às Mudanças Climáticas. Explicando melhor: a Análise de Vulnerabilidade nos permite identificar (onde) e caracterizar (como) as regiões onde os impactos das mudanças climáticas se concentram, resultando no que a gente chama de hotspots, ou pontos quentes, de vulnerabilidade.

O que nós faremos é o que a ciência e a ética nos obriga a fazer: se estes são os pontos considerados como mais vulneráveis, estas serão as áreas prioritárias para agirmos, para darmos resposta às demandas de onde e como intervir com medidas adaptativas nestes locais. Um exemplo: locais diferentes podem estar sujeitos à mesma exposição climática, com a mesma natureza e o mesmo grau de frequência e intensidade. Essas mesmas localidades podem, ainda, ter características semelhantes de sensibilidade biofísica, com relevo e geologia equivalentes. Isso nos permitirá criar padrões e protocolos de ações preventivas e de redução de danos, fazendo os recortes das capacidades adaptativas da população.

A primeira coisa que faremos em BH é a declaração de emergência climática. É um ato administrativo, simbólico, e que mostrará à população o contexto de emergência climática que vivemos. A partir daí, rodaremos a cidade para falar sobre esse tema com o povo, em especial aqueles mais afetados.

Por qual razão um Programa de Governo precisa refletir as demandas da população, em especial em BH?

A Lei Orgânica do Município, que é a lei mais importante da nossa cidade, prevê, em seu artigo 108A que *“O Prefeito apresentará, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua posse, o programa de metas de sua gestão, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, as metas quantitativas e qualitativas e os indicadores de desempenho*

2

https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Defesa%20Civil_03-2023_Estudo%20T%C3%A9cnico_Danos%20e%20Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres_2013%20a%202023.pdf



por órgão e programa de governo, **observando-se as diretrizes de sua campanha eleitoral** e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas do plano diretor do Município de Belo Horizonte”.

Ou seja, o que propusermos agora, durante o período eleitoral, se transformará num Programa de Metas, amplamente dialogado com a população em audiências públicas (§ 2º do Art. 108A). Posteriormente, o Programa de Metas, instrumento de planejamento de curto prazo, aprovado pela cidade, subsidiará a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), que é o mecanismo de planejamento e orçamento de médio prazo, previsto na Constituição Federal. Ou seja, o Programa de Governo é o primeiro passo entre o que propusermos nas eleições e a elaboração do planejamento da cidade.

Defendemos e valorizamos a boa relação entre Legislativo Municipal e Executivo, assim como com outros entes federativos. Neste sentido, queremos trabalhar com o Legislativo para alargarmos os canais e modos de participação social nos processos elaboração de leis que impactem o orçamento municipal e a vida das pessoas; pretendemos retomar audiências de prestação de contas públicas por regionais, para termos mais cidadãos nestes processos e, por fim; gostaríamos de efetivar um processo de construção do Plano de Metas e do PPAG com grande participação social, com ampliação de mecanismos de coordenação intersetorial de ações e descentralização territorial, a partir do fortalecimento das regionais.

Por estas razões, expressamos, neste Programa de Governo, nossas propostas iniciais, a serem dialogadas, debatidas, analisadas e melhoradas pela população de Belo Horizonte nas próximas semanas. A título de transparência com o povo belo-horizontino, deixaremos registradas as versões deste plano, para que a sociedade possa acompanhar sua evolução.

Afetuosamente e carinhosamente,

Duda

Professor Francisco Foureaux

Belo Horizonte, 7 de agosto de 2024

Versão 1.0_9 de agosto de 2024

EIXO 1

— SEGURANÇA DE DIREITOS —

Este eixo é composto pelos direitos básicos que queremos garantir, a partir das políticas de áreas temáticas, tal como acesso à água e saneamento, assistência e proteção social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, segurança pública, esporte e lazer e cultura.

Compreende-se que neste eixo temos propostas que contribuem, pelo menos, para os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.





Gestão da água, fonte da vida: universalizar o acesso à água e ao saneamento

O território de Belo Horizonte é composto por 700 km de cursos d'água, sendo 200 km canalizados, 200 km em leito aberto na malha urbana e 300 km ainda em áreas de proteção ambiental e/ou em leito natural. As bacias hidrográficas de Belo Horizonte precisam ser respeitadas, protegidas e valorizadas. Conforme alerta estudo do Comitê de Bacias Hidrográficas do Velhas (CBH Rio das Velhas)³, *“As nascentes são a origem de toda a água da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Sem elas, os muitos cursos d'água, como o Ribeirão Onça, deixam de existir. O trabalho mais importante para garantir que as bacias hidrográficas se recuperem ambientalmente é a proteção e o cuidado com as nascentes”*. Ou seja, a qualidade destas águas está diretamente ligada a políticas que envolvem os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A gestão das águas é uma questão fundamental para Belo Horizonte, sendo necessário pensarmos em segurança hídrica (garantia de acesso permanente a água potável e para uso doméstico a toda a população), em uma situação em que o abastecimento de água em Belo Horizonte depende de uma política que envolve (e impacta) outros municípios da Região Metropolitana, com vistas a garantirmos que na nossa metrópole tenhamos o básico: a água para tomarmos. Para ampliarmos nossa segurança hídrica, vamos fortalecer as políticas, programas e ações que nos subsidiarão na definição das medidas de preservação das nascentes, brejos, cursos d'água e represas, no sentido de termos Áreas de Proteção Permanente mais seguras (APP).

Ressaltamos que a captação de água de quase 70% de Belo Horizonte é feita na estação de Bela Fama, da Copasa, em Nova Lima. Acima desta estação temos mais de 60 barragens. O aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos, como o aumento de chuvas, por exemplo, no Brasil e no mundo, revelam a alta propensão de novos alagamentos, inundações, transbordamentos de barragens, deslizamentos de encostas dos reservatórios e a instabilidade de taludes de pilhas de rejeito e estéril da mineração. Os vertedouros das barragens da mineração, por exemplo, foram calculados tendo por base valores de precipitações e de chuvas que não se aplicam aos que atualmente temos vivido, em razão das mudanças climáticas. Imaginemos que umas destas barragens, que não foram feitas em um contexto com precipitações como as que vivemos, se rompam. O resultado é a população de Belo Horizonte sem água em pouco tempo.

3

Ver <https://cbhvelhas.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CATALOGO.NASCENTES.01NOV.4NOV.FINAL-compressed.pdf>.



Aproximadamente 5% da população da cidade não tem acesso à água. Precisamos que esse número seja zerado. Não é possível vivermos numa cidade farta em água em que haja pessoas sem acesso à água. E precisamos aumentar o percentual de pessoas que têm saneamento básico em BH. Quase 150 mil belo-horizontinos não têm acesso ao esgoto. Vamos caminhar rumo à universalização deste direito, em articulação com a Copasa e outros órgãos competentes.

A seguir estão algumas das nossas propostas iniciais:

- Universalizar o acesso à água e saneamento básico para 100% dos belo-horizontinos.
- Fortalecer a gestão das águas na Escala Metropolitana, ampliando o diálogo com os municípios onde temos conexão hídrica, tal como Nova Lima, Contagem, Sabará, entre outros, a partir da elaboração do Plano de Segurança Hídrica de Belo Horizonte, em parceria com os municípios da Região Metropolitana, Universidades, COPASA, comitês de bacia, outras instituições de pesquisa, organizações e movimentos sociais e representantes dos diversos setores econômicos.
- Enfrentar a *Máfia da Pampulha* e despoluir a Lagoa da Pampulha, tornando-a navegável, em até dois anos após a apresentação do nosso Plano para valorização da Pampulha como Patrimônio Mundial da Humanidade para a cidade.
- Iniciar e avançar na criação de uma rede de conexões verdes e de fundos de vale, conforme previsto no Plano Diretor, com parques ciliares em torno dos ribeirões e córregos da cidade, com ampla participação popular na gestão.
- Implementar um programa efetivo de fiscalização da aplicação da taxa de permeabilidade dos terrenos, para contribuir com a infiltração das chuvas no solo.
- Retomar o Programa de Cadastro Único de Nascentes, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, atualizando banco de dados unificado com todas as nascentes existentes em Belo Horizonte.
- Iniciar o plano de descanalização e destamponamento dos rios de Belo Horizonte, objetivando que Belo Horizonte tenha seus cursos d'água abertos novamente, a partir da elaboração desta política de Estado, que perdurará com outras gestões.



Assistência e proteção social e cidadania

É sabido que as políticas de assistência e proteção social e cidadania de Belo Horizonte são reconhecidas pela sua eficiência e efetividade, historicamente. Pretendemos dar continuidade a estas políticas, ampliando-as, para garantir a proteção social à população, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Com um modelo de gestão participativa, esse sistema articula os esforços e os recursos do município para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

Nossas propostas preliminares são:

- Fortalecer a formação continuada e permanente para os trabalhadores da assistência social do município.
- Organizar e aprimorar as competências das equipes de referência às funções da assistência social, às demandas dos territórios e auxiliá-las na integração de serviços e benefícios socioassistenciais.
- Valorizar a equipe do quadro de servidores qualificados da Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, dando capilaridade das ações da Secretaria nas regionais, com prerrogativa de equidade de gênero, raça e população LGBTQIAP+, com a criação dos conselhos locais de assistência social como estratégia de fortalecimento dos territórios.
- Estabelecer políticas de assistência à saúde mental e bem-estar dos trabalhadores públicos.
- Promover atendimento qualificado e estruturas adequadas para crianças e adolescentes em desabrigo.
- Fortalecer o programa Jovem Aprendiz por meio de ações intersetoriais.
- Aperfeiçoar o Sistema Socioeducativo em Meio Aberto, priorizando o envolvimento familiar.
- Desenvolver estratégias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes de modo intersetorial.
- Priorizar a qualificação profissional de adolescentes em situação de exploração sexual.
- Combater o trabalho infantil com oportunidades de renda aos responsáveis.

- 
- Fortalecer a dimensão protetiva das famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social por meio da inclusão em serviços e benefícios socioassistenciais.
 - Ampliar as residências com gestão compartilhada para adolescentes egressos dos acolhimentos institucionais.
 - Implementar Centros de Convivência Regionais para pessoas idosas com a presença de equipe mínima contendo profissionais da assistência social, terapia ocupacional e psicologia.
 - Mapear coletiva e comunitariamente pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de risco para acompanhamento social e de saúde.
 - Implementar novas modalidades de acolhimento coletivo e familiar em respeito às especificidades da população migrante, refugiada e apátrida.
 - Implementar Centros Dia para pessoas idosas e para pessoas com deficiência, um em cada regional.
 - Garantir o bom funcionamento, e ampliar, as estruturas físicas da Assistência Social, como Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, acolhimentos institucionais.
 - Estabelecer critérios para inclusão da rede de atendimento do terceiro setor prestar serviços ao município, de modo a garantir o atendimento adequado para cada regional.
 - Assegurar a atuação conjunta com a política municipal de segurança alimentar e nutricional e cidadania, ampliando e diversificando o atendimento prestado conforme as necessidades da população, em especial os públicos mais vulneráveis.
 - Buscar parcerias com o setor privado para fomento das ações socioassistenciais.
 - Produzir campanhas que enfrentem o preconceito e a violência contra a população em situação de rua e conscientizem a população em geral e servidores públicos, de todas as áreas, a respeito do tema.
 - Ampliar a oferta às pessoas em situação de rua abrigo, alimentação, locais adequados para higiene pessoal, guarda-pertences, acesso à qualificação, emprego e renda.
 - Promover ações de alfabetização às pessoas em situação de rua, em parceria com as áreas de educação.



Segurança alimentar e agroecologia

Historicamente, Belo Horizonte é uma cidade que tem boas políticas de segurança alimentar e nutricional. Com a crise econômica que vivemos há alguns anos, tem sido um desafio manter e ampliar esta política, que contribui diretamente para o maior desafio que temos: não permitir que nenhum ser humano passe fome. Atualmente, Belo Horizonte tem 12% de suas famílias com algum grau de insegurança alimentar. Ou seja, 12% das famílias com fome.

Os principais desafios para a gestão das políticas de abastecimento e segurança alimentar a serem vencidos são a garantia do direito humano à alimentação, promovendo e facilitando o acesso da população de menor renda a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e com o menor comprometimento possível do orçamento familiar. Isso tudo num contexto de crise climática, que promoverá variações no preço dos alimentos em épocas de secas, por um lado, e chuvas fortes e inundações, por outro.

Um recente estudo⁴ identificou que as mulheres negras, em condições socioeconômicas desfavoráveis, apresentam uma chance sete vezes maior de enfrentarem a insegurança alimentar, se comparadas com homens brancos, em condições socioeconômicas mais favoráveis. Ou seja, a insegurança alimentar, como outras políticas, tem recortes fortíssimos de raça (negros), gênero (mulheres) e endereço (as periferias).

Esse mesmo estudo identificou que no Aglomerado da Serra, no Cabana Pai Tomás e nos bairros que fazem divisa com essas duas Zonas e Áreas Especiais de Interesse Social (ZEIS), 36% da população apresenta insegurança alimentar de moderada a grave. Intensifica esse cenário o fato que o preço da cesta básica em dezembro de 2023 chegou a R\$ 693,44, o equivalente a 52,53%⁵ do valor de um salário mínimo, conforme identificado pela Fundação IPEAD/UFMG (Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais).

Neste sentido, nossas propostas preliminares são:

- Garantir a manutenção das políticas de segurança alimentar e nutricional que já existem no município, fazendo esforços para ampliá-las.
- Estabelecer metas graduais para alcançar o objetivo de merenda escolar 100% orgânica no longo prazo.
- Compartilhar dados e informações associadas à cadeia do alimento, permitindo maior acompanhamento, participação, colaboração e iniciativas inovadoras e empreendedoras na área da alimentação.

⁴

Ver <https://www.medicina.ufmg.br/populacoes-vulnerabilizadas-correm-risco-de-inseguranca-alimentar-em-bh-aponta-estudo-da-ufmg/>.

⁵ Ver <https://ipead.face.ufmg.br/blog/?p=3505>.

- 
- Implantar um canal de diálogo e debate por regionais, entre o município e as Prefeituras da Região Metropolitana, onde BH também realiza compras públicas, as organizações sociais e comerciais e a população em geral.
 - Promover cursos de empreendedorismo, boas práticas de manipulação e sustentabilidade na área da gastronomia.
 - Fortalecer os quintais e cozinhas comunitárias, em parcerias com instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, associações comunitárias e empresas de abastecimento.
 - Reforçar as iniciativas de educação alimentar e agricultura urbana desenvolvidas em colaboração com escolas públicas e privadas.
 - Organizar concursos e festivais gastronômicos com foco na saudabilidade, sustentabilidade e valorização cultural, resgatando tradições familiares e fazendo registros das memórias afetivas.
 - Desenvolver mecanismos de incentivo ao uso de terrenos públicos e privados que estejam ociosos para a prática de hortas comunitárias.
 - Fortalecer as pequenas indústrias de alimentos regionais em consonância com a vocação turística e ambiental da cidade.
 - Criar a categoria de Microempreendedor Individual - MEI Agricultor Urbano.

Saúde pública fortalecida, de qualidade e em toda a cidade

A saúde precisa chegar às pessoas, sem demora. Num cenário pós pandemia, com possibilidades de novos acontecimentos como esse e com a saúde pública sendo cada vez mais privatizada e os servidores desvalorizados, a população que precisa do atendimento é a mais prejudicada.

Mudar essa lógica e edificar o Sistema Único de Saúde (SUS) em Belo Horizonte, voltando a conectar o Serviço de Saúde ao usuário, ao cidadão, e não na doença, exige ações concretas de reorganização dos serviços, de descentralização da gestão, em consonância com as políticas públicas que representaram décadas de construção e participação cidadã na capital mineira.

Para tal, nossas primeiras propostas são:

- Iniciar a revisão dos salários dos servidores de saúde, em diálogo com as diversas categorias, com vistas à recomposição salarial e a reorganização da distribuição previdenciária.
- Retomar apoio institucional junto à atenção primária, a partir da ampliação das equipes de saúde da família, se aproximando da população.



- (re)Implantar um programa de formação continuada e atualização profissional aos servidores da saúde pública municipal.
- Implementar uma gestão que promova a escuta ativa e qualificada dos usuários dos serviços de saúde e dos servidores, de maneira descentralizada.
- Instituir, de maneira urgente, mecanismos técnicos e tecnológicos, de ordem material e humana e de infraestrutura para reduzir as filas de espera de cirurgias eletivas e consultas.
- Ampliar a atenção dada à saúde infantil, com ampliação substancial no número de pediatras⁶ na rede municipal e ampliando a rede de saúde mental, a partir da sua territorialização, não centralizando-o, garantindo que nas regionais tenhamos profissionais que possam acompanhar as crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos.
- Fortalecer a atuação do Conselho de Saúde, respeitando as decisões do Conselho no que tange à distribuição orçamentária, diretrizes para atendimento de saúde, entre outras.
- Fortalecer a Atenção Básica em Saúde por meio de ampliação da equipe e das estruturas das unidades.
- Ampliar e fortalecer as estratégias de saúde dos Agentes Comunitários de Saúde, visando a promoção e detecção precoce de problemas de saúde nas comunidades.
- Facilitar o acesso da pessoa idosa ao atendimento de saúde por meio atendimento domiciliar pela equipe de saúde da família.
- Ampliar a rede de serviços de convivência da pessoa idosa com a presença de terapeutas ocupacionais, para estimular a independência, autonomia e qualidade de vida destas pessoas.
- Incluir psicólogos(as) e terapeutas ocupacionais nas equipes das Unidades Básicas de Saúde para apoiar os profissionais de medicina e enfermagem por meio da política de saúde mental e assim evitar que sofrimentos emocionais se tornem graves.
- Garantir que a Conferência Municipal de Saúde traga temas atuais e relevantes e tenha total independência das partes envolvidas com relação à Prefeitura.

6

Ver <https://smp.org.br/nota-sociedade-mineira-de-pediatria-situacao-preocupante-da-pediatria-e-m-bh/>.

- 
- Integrar ainda mais o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas às ações de saúde, assistência social e outras.
 - Promover formação de profissionais para atendimento qualificado da população LGBTQIAPI+ e fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral desta população.
 - Ampliar as existentes e criar novas campanhas de prevenção de doenças crônicas e programas de promoção da saúde, com ênfase em hábitos saudáveis e prevenção de doenças.
 - Estabelecer protocolo Integrado com a Região Metropolitana de Belo Horizonte de prevenção de contaminação de vírus potencialmente letais.
 - Valorizar as políticas de saúde bucal, em consonância com as orientações dos técnicos da Prefeitura e das entidades de classe.

Belo Horizonte, Cidade Educadora

Há estudos que mostram que a qualidade do professor(a) impacta diretamente no aprendizado dos alunos, em especial nas redes municipais (57,76%) e também estadual (36%)⁷. O estudo, como outras referências (inter)nacionais, mostra que o investimento na formação e na atração de bons profissionais para a carreira de professor é o principal caminho para a melhoria da educação.

Uma das formas de atrairmos novos professores e valorizarmos quem hoje está na rede de educação municipal é melhorando o salário e as condições de trabalho destas pessoas. Por isso, nosso maior compromisso é que Belo Horizonte terá a melhor educação pública entre as capitais do Brasil, com escola em tempo integral, creche e alimentação escolar de qualidade nas nove regionais, iniciando esta política nos territórios periféricos.

A escola será lugar, também, de apoio à segurança alimentar das famílias, em especial para aquelas 12% que estão em grau grave de insegurança alimentar. E, além disso, daremos início ao Plano de Adaptação Escolar de Belo Horizonte, objetivando transformar todas as escolas de Belo Horizonte em espaços adaptados às mudanças climáticas e conscientizar os alunos sobre esse novo contexto que vivemos.

Pretendemos valorizar o ensino técnico, por meio de parcerias com instituições de ensino, empresas e comunidades. Pesquisa publicada pelo

7

Ver https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2024/04/IP_QualidadeProfessor_PDF_V3.pdf.



INSPER⁸ indicou que jovens que fazem o ensino técnico durante o ensino médio terão 8% a mais de probabilidade de estarem ocupados, resultando em menos tempo procurando emprego/sem emprego. Estes mesmos jovens têm renda 18% superior ao longo de suas vidas, comparado ao mesmo grupo. Uma das conclusões do estudo é que ao cursar a educação técnica profissional durante o ensino médio, o jovem que faz um curso técnico durante o ensino médio vai ter uma renda 32% maior ao longo de sua vida, um terço maior do que os que não cursarem.

Por fim, quero deixar uma mensagem de confiança aos profissionais da educação básica, às minhas meus colegas professoras, e para a comunidade escolar: vamos respeitar a nossa escolha de quem for a(o) Secretária de Educação, evitando, por exemplo, que nosso município tenha cinco chefes de pasta em menos de dois anos.

Para tal, nossas propostas iniciais são:

- Garantir que o salário dos professores(as) de BH seja o maior entre as capitais, enviando um Projeto de Lei para a Câmara dos Vereadores no primeiro dia da nossa gestão.
- Valorizar os profissionais da educação, restabelecendo canal permanente de diálogo com eles (docentes e não-docentes) sobre questões referentes ao plano de carreira, condições de trabalho, entre outros.
- Estruturar coletiva e colaborativamente o plano de formação continuada para orientação e fortalecimento da ação docente.
- Estabelecer programas de saúde mental e rede de apoio para os profissionais da Rede Municipal de Ensino, em parceria com órgãos de saúde e instituições de ensino superior públicas e privadas.
- Estruturar e aplicar medidas de promoção do acesso à educação voltadas aos grupos excluídos da escolarização na idade recomendada a partir da promoção de EJAs.
- Garantir a erradicação do analfabetismo em Belo Horizonte.
- Mapear áreas de maior vulnerabilidade para a criação de poliesportivos que servirão de lazer, cultura e formação de atletas.
- Ampliar as vagas em creches e UMEIs da cidade, a partir da criação de novas unidades de ensino distribuídas onde elas mais são necessárias: as periferias de Belo Horizonte.
- Ampliar a oferta de educação técnica para jovens, em parceria com empresas e instituições de ensino.

8

Ver <https://arquivos.insper.edu.br/2023/institucional/completo-impactodaeducacaotecnica.pdf>.

- 
- Garantir que as escolas municipais sejam acessíveis a todas as pessoas, por meio da requalificação e ampliação de espaços para as pessoas com deficiência, com padrão arquitetônico e mobiliário específico para escolas e outras unidades de ensino municipais.
 - Desenvolver estratégias para ampliação progressiva do número de vagas na educação em tempo integral, em especial nos bairros e regiões da cidade com maior vulnerabilidade socioeconômica.
 - Implementar políticas públicas de Educação Ambiental e Climática nas Escolas para que elas se tornem Escolas Sustentáveis e Resilientes para se adaptarem ao novo regime de emergências climáticas.
 - Tornar Belo Horizonte um Município Educador Sustentável (MES), valorizando as iniciativas já existentes e ampliando-as.
 - Aderir e apoiar a Conferência Nacional Infantojuvenil nas escolas municipais, realizando a conferência municipal Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.
 - Expandir e realizar a manutenção de recursos tecnológicos que possibilitem o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação em diferentes ambientes educativos, contemplando a acessibilidade para pessoas com deficiências, considerando a formação continuada para o uso pedagógico destes recursos.
 - Melhorar a infraestrutura de conexão de internet sem fio nos ambientes educativos da Rede Municipal de Ensino, visando o uso de dispositivos móveis para fins pedagógicos e, se possível, aos finais de semana, para uso geral da comunidade escolar.
 - Implementar estratégias e ações tecnológicas para aproximar a comunidade escolar do uso de tecnologias e das atividades educativas que podem ser realizadas com sua utilização.
 - Reorganizar o processo pedagógico e preparar protocolos para lidar com crises sanitárias, priorizando o acesso e o direito de aprender, com ênfase no calendário escolar, currículos e processos avaliativos.
 - Ampliar o programa de centro de referência nas unidades de educação de jovens e adultos.
 - Buscar garantir acompanhamento e atendimento monitorado aos filhos e filhas de estudantes do programa de Educação de Jovens e Adultos, disponibilizando esse atendimento no mesmo local das aulas das mães e pais.
 - Implementar ações que tornem possível a melhoria contínua do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Belo Horizonte nos anos



iniciais, finais e ensino médio, garantindo educação de qualidade para todos e todas.

- Ampliar as UMEIs, fazendo obras em locais onde há demanda comunitária e em articulação com a comunidade.
- Aumentar o tempo de permanência das crianças nas escolas por meio de projetos de contraturno e/ou ampliação do tempo integral por meio de parcerias intersetoriais.
- Garantir que nas escolas municipais tenhamos psicólogos escolares/infantis e assistentes sociais.
- Combinar a educação de jovens e adultos com a formação profissional, considerando as particularidades dos(as) beneficiados(as), em colaboração com organizações do setor privado e instituições de ensino superior.
- Qualificar os profissionais da educação para acompanhamento pedagógico de crianças e jovens com qualquer tipo de transtorno que impacte a aprendizagem, visando o desenvolvimento integral destes jovens e crianças.
- Ampliar e construir parcerias com órgãos de saúde municipais e estaduais, públicos e privados, para contemplar, nos centros municipais de atendimento educacional especializado, com atendimentos clínicos, psicológicos, terapêuticos ocupacionais e fonoaudiológicos.
- Estabelecer o ensino e a difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do sistema de escrita Braille para a rede municipal de educação.

Segurança pública: menos medo e violência e mais políticas e transparência

Há alguns meses, um dado nos chocou: Belo Horizonte, segundo o estudo “Indicador de Crime 2024”⁹, estava entre as 50 cidades mais perigosas do mundo. Levando em conta apenas as cidades de todas as Américas, BH figura na 33ª posição. Neste estudo, um dos indicadores que mais nos assustou é o de aumento da criminalidade nos últimos três anos, que está elevado (66.83, numa escala até 100). Outro dado que nos alertou é a percepção das pessoas sobre problemas de corrupção e suborno, no qual temos o valor mais elevado: 77.85.

Neste triste cenário em que estamos, é preciso que entendamos de onde vêm os problemas e como resolvê-los, em articulação com órgãos competentes. Da parte que cabe à Prefeitura, empenharemos todos os esforços para reduzir as causas da violência, a partir de políticas de segurança de direitos e geração de oportunidades.

⁹ Ver <https://pt.numbeo.com/criminalidade/classifica%C3%A7%C3%B5es?title=2024>.

Nossas propostas iniciais, são:

- Fazer uma política de segurança pública baseada em evidências, dados e fatos, não em achismos e proselitismo, e em articulação com as demais políticas da cidade.
- Valorizar a carreira dos servidores da Guarda Municipal.
- Criar um programa de apoio à saúde mental dos Guardas Municipais, em articulação com a Secretaria de Saúde.
- Garantir que as viaturas usadas pela Guarda Municipal correspondam às necessidades cotidianas dos serviços por ela prestados à sociedade, a partir de pesquisas realizadas com os profissionais.
- Articular a atuação conjunta entre a Guarda Municipal e a Polícia Militar de Minas Gerais como forças de segurança pública de proximidade.
- Ampliar os canais e modos de participação social nos processos de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas, implantando e valorizando mecanismos já existentes, como os conselhos, fóruns e comitês municipais e ouvidorias.
- Avançar na experimentação de tecnologias digitais, por meio de celulares e internet, para consultar a população a respeito de temas com interesse local ou para a avaliação de serviços e equipamentos públicos.
- Valorizar e ampliar o modelo de Ouvidoria-Geral para recepção, monitoramento e resposta das manifestações dos cidadãos, além da implantação imediata, notadamente a criação dos Conselhos de Usuários como meio primário de avaliação e proposição de melhorias.
- Manter a base de dados sobre violências atualizadas, abertas e de fácil acesso aos cidadãos, Universidades, organizações, empresas, prefeituras vizinhas, Governo do Estado, entre outros.
- Conceder prioridade à proteção da vida e diminuir confrontos entre entes públicos e sociedade no território belo-horizontino, a partir da promoção de diálogos com as instituições de segurança e comunidades, valendo-se das ações de inteligência para desarticular grupos criminosos e defender os direitos humanos.
- Adotar políticas ampliadas de prevenção ao crime e à violência, com o envolvimento de atores da segurança pública, educação, assistência social, comunidades, entre outros, tal como ações que promovam a expansão de oportunidades e o protagonismo para a juventude, recuperação e valorização de espaços públicos de convivência, com conservação e iluminação públicas adequadas, a mediação e resolução de conflitos, combate à violência doméstica e de gênero.

- 
- Reduzir, com vistas a zerar, a violência contra crianças, adolescentes, mulheres e a população LGBTQIAP+ no território belo-horizontino.
 - Ampliar os meios de prevenção e tratamento da dependência química e as oportunidades de reinserção social de egressos dos sistemas socioeducativo e prisional.
 - Criar mecanismos para implementação efetiva de um programa de enfrentamento ao racismo institucional dentro da Prefeitura de Belo Horizonte e em todos os seus órgãos e equipamentos.
 - Elaborar e executar políticas interseccionais de combate ao genocídio de jovens negros, evitando mortes e violências.
 - Contribuir com as instituições de justiça e segurança pública para aumentar a apreensão de armas de fogo e reduzir a sua circulação de armas ilegais em Belo Horizonte.

Esportes e Lazer para todas as pessoas, em todas as regionais

O lazer, as práticas esportivas e as atividades físicas são dimensões socioculturais essenciais para o equilíbrio da vida individual e para o convívio em sociedade, dentro de um ecossistema complexo e dinâmico como Belo Horizonte. Para materializar tais experiências na vida cotidiana das pessoas, precisamos de tempo, espaço, educação, formação cultural, política e cidadã.

Para transformarmos a cidade, que tem vocação e potencial esportivo e de lazer, contemplando as nove regionais, em um lugar onde as experiências nestas áreas sejam acessíveis e significativas, promovam a cidadania e a saúde da população, e estejam integradas a outras políticas públicas de educação, saúde, mobilidade, cultura e meio ambiente, contemplando a inclusão e a acessibilidade, propomos, inicialmente:

- Desenvolver um sistema de esporte e lazer para Belo Horizonte baseado no diálogo com a população e nas melhores práticas da área no Brasil e no exterior, valorizando as culturas dos bairros e regionais.
- Implantar unidades de esporte e lazer debaixo de viadutos da cidade e em outras áreas de aparente vazio urbano, em diálogo com a população que uso e ocupa tais espaços.
- Contemplar a inclusão e a acessibilidade para o exercício do direito ao lazer e ao esporte de todas e todos.
- Desenvolver cadastro único de crianças, jovens e adultos com deficiências, para a promoção do paradesporto em nível municipal.
- Incentivar a busca ativa de talentos de atividades paradesportivas.

- 
- Ampliar e renovar a variedade de equipamentos presentes em praças e parques, investindo nos aspectos de qualidade da infraestrutura, segurança e manutenção, tal como mesas para prática de tênis de mesa, cestas de basquete, quadras de areia, entre outras.
 - Promover áreas de escalada urbana, aproveitando as características físicas de Belo Horizonte.
 - Implementar um programa de ampliação de praças e pistas de skate/patins/BMX na cidade.
 - Estudar locais propícios, da periferia ao centro, para implementar - e ampliar - o programa de “ruas abertas” de Belo Horizonte, promovendo temporariamente áreas de livre acesso para a prática de caminhadas, ciclismo, skate, patins, como o Eixão, em Brasília, além de outras práticas corporais das culturas dos bairros, para promover uma vida de qualidade cidadã, com base no bem-estar social e na saúde da população, como Tai Chi Chuan.
 - Conectar a política de mobilidade urbana aos equipamentos municipais de esporte.
 - Desenhar e implantar a primeira ciclovia de domingo e feriados em Belo Horizonte, conectando bairros e garantindo a experiência do deslocamento em bicicleta, seguro, para milhares de pessoas, como em Fortaleza, São Paulo, Cidade do México, Bogotá e outras.
 - Estudar a ampliação de eixos com “parques lineares” pela adaptação das vias e renovação de outras vias já existentes.
 - Integrar ações e eventos da área de cultura, como a Noite Branca e Virada Cultural, com a área de esporte e lazer, convergindo os calendários de eventos dessas áreas e ampliando as possibilidades de lazer para a população.
 - Criar mecanismos para o enfrentamento do racismo e outras violências, incluindo qualquer forma de assédio, em espaços e instituições esportivas.
 - Ampliar a participação de jovens e paradesportistas, amadores e/ou profissionais, no âmbito do Conselho Municipal de Esportes e Lazer.
 - Utilizar as atrações naturais de Belo Horizonte, como a Serra do Curral e os parques da cidade, como espaços para a prática de esportes e do lazer, em segurança e com apoio da Prefeitura.

 **BH de todas as cores, culturas e religiões**



Belo Horizonte pulsa cultura, acolhimento, diversidade. E é por essa linha, de valorização das iniciativas existentes, que nossa gestão irá. E vamos além. É preciso diversificar a oferta dos equipamentos, processos e eventos culturais da cidade, valorizando o que tem sido feito nas nove regionais. Ao fortalecermos as regionais, criaremos estratégias, táticas e procedimentos de descentralização da cultura em todo o tecido urbano.

Compreendemos que a cultura tem papel primordial na formação da cidade e do cidadã(o) e na preservação da memória urbana. E a Constituição da República Federativa do Brasil assegurou o acesso à cultura. É, também, através da cultura que nos formamos, identificamos e fornecemos nossa identidade belo-horizontina, mineira, brasileira, potencializando que cada pessoa possa ampliar sua compreensão das diversidades existentes, ampliando as consciências e o respeito ao próximo.

Temos, por exemplo, o Cemitério do Bonfim, que é parte intrínseca da cultura e da história de Belo Horizonte. Na verdade, a história de Belo Horizonte passa por este espaço, que não é somente cemitério, é também um Patrimônio cultural, religioso e histórico do Brasil. Nele, respeitamos BH e a memória dos que vieram antes de nós. Temos, por exemplo, o documentário *Barreiridades*¹⁰, que narra a formação de uma das mais antigas regionais da cidade, que poderia ser exibido em escolas de toda a capital, para que conheçamos mais a nossa própria história.

Partimos do princípio que os governos municipais têm enorme responsabilidade no fomento à cultura e na efetivação desse direito, propiciando aos cidadãos condições adequadas para que participem dos momentos e eventos culturais da cidade, do Carnaval, das festas religiosas, e aos artistas da cidade as condições para viverem suas vidas com a arte, resgatando a memória, construindo o presente e imaginando futuros possíveis para a nossa cidade.

Neste sentido, nossas propostas preliminares são:

- Simplificar os mecanismos de licenciamento de eventos e de acesso à instrumentos de fomento, garantindo mais facilidade e menos burocracia para os empreendedores culturais, incluindo os gastronômicos, em especial aqueles feitos em espaços públicos da cidade.
- Incentivar a promoção de eventos ao ar livre e em espaços públicos (como ruas, praças, parques e espaços culturais).
- Garantir que o Fundo de Projetos Culturais (FPC) seja ampliado nos próximos anos.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Política Cultural e a discussão cultural nas regionais.

¹⁰ Ver https://www.youtube.com/watch?v=rJYqasVv_10.

- 
- Mapear coletivamente e elaborar inventário sobre a diversidade cultural de Belo Horizonte, listando e georreferenciando o patrimônio material e imaterial da cidade e disponibilizá-lo à população.
 - Desenvolver plataforma com “Mapa de Afetos” do povo belo-horizontino, identificando esquinas, ruas, praças, bairros que afetem as emoções, sensações e sentimentos, construindo assim roteiros culturais que representam as memórias dos nossos cidadãos.
 - Dialogar e fazer estudos de viabilidade para a criação do Orçamento Participativo Cultural, no qual o Conselho Municipal de Política Cultural e a população poderão decidir sobre o uso dos recursos para a cultura na cidade.
 - Transformar Belo Horizonte em polo atrativo de viagens de lazer e cultura, não apenas como ponto de passagem para cidades vizinhas, mas como local de permanência dos turistas que querem visitá-las.
 - Valorizar nosso patrimônio cultural, ampliando o orçamento municipal destinado à preservação e manutenção do patrimônio cultural e público da cidade.
 - Ampliar os estímulos para realização do Carnaval, em especial àquelas e àqueles que mais necessitam, valorizando os blocos carnavalescos, garantindo investimentos públicos e prospectando recursos na iniciativa privada para tal.
 - Incentivar o consumo de produtos culturais, autorais e locais.
 - Estruturar a Política de Direitos Humanos e Igualdade Racial para garantir a realização das ações previstas no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-racial (em tramitação no Conselho Municipal).
 - Promover ações de respeito à pluralidade religiosa conforme determina a Legislação em vigor, visando garantir liberdade de crença e proteção aos locais de cultos religiosos.
 - Valorizar e promover o Complexo Arquitetônico da Pampulha, Patrimônio Cultural da Humanidade, fortalecendo o reconhecimento de Belo Horizonte na área cultural.



EIXO 2

— BELO HORIZONTE DE TODAS AS IDADES, IDENTIDADES E TERRITÓRIOS —

Neste eixo, trazemos políticas públicas para públicos-alvo. O objetivo aqui é lançar luz à importância de políticas para estes públicos que permeiam várias áreas da administração municipal, é dar a devida dimensão da pessoa humana e dos animais.

Ele foi separado em População LGBTQIAP+, políticas para a primeira infância e juventudes, para as pessoas idosas, para as com deficiência, para todas as mulheres, para as comunidades e povos tradicionais, imigrantes e, por fim, dos animais.

Compreende-se que neste eixo temos propostas que contribuem, pelo menos, para os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.





Políticas, direitos e cuidado com a população LGBTQIAP+

Belo Horizonte vive ciclos de avanços e retrocessos nas políticas para a população LGBTQIAP+. Temos inúmeros projetos que contribuem para mudar mentalidades das pessoas e conquistar novos direitos, mas temos iniciativas, inclusive públicas, que vão no sentido contrário - por exemplo, quando a Prefeitura solicitou a retirada do adesivo que ilustrava a fachada do Centro de Referência LGBTI+ do município.

Queremos que Belo Horizonte apoie e garanta seu compromisso constante com as pessoas LGBTQIAP+, suas organizações, movimentos e redes. Há uma série de políticas, planos, programas e ações que podemos levar adiante em Belo Horizonte, a partir do trabalho e das pesquisas de pessoas LGBTQIAP+ e parceiras. Podemos promover mais serviços de Saúde, tal como clínicas especializadas e programas de saúde mental voltados para a comunidade LGBTQIAP+, além de iniciativas de prevenção e tratamento do HIV/AIDS. É preciso que sejam garantidos os direitos e proteções legais em áreas como emprego, habitação e serviços públicos.

Fator fundamental é a inclusão e a visibilidade das pessoas LGBTQIAP+, a partir da promoção das comunidades através de eventos, como a Parada do Orgulho e outros. Esse processo de visibilidade e inclusão passa pela transversalização das pautas, tal como o apoio às juventudes LGBTQIAP+, oferecendo desde acolhimento até oportunidades educacionais e de emprego e renda.

Por fim, é preciso ampliar a participação social das comunidades LGBTQIAP+ nas políticas públicas, via comitês e conselhos, para que a população contribua para orientar as políticas públicas e as decisões municipais.

Neste sentido, nossas propostas preliminares são:

- Efetivar a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAP+ no município.
- Realizar a Conferência Municipal LGBTQIAP+, no primeiro ano da gestão.
- Criar um Programa de integração social, inspirado no TransCidadania¹¹, de São Paulo, em Belo Horizonte, com turma inicial para monitoramento e análise dos resultados, e futuro escalamento do Programa.
- Ampliar a Casa de Acolhimento para pessoas LGBTQIAP+.
- Criar Centro de Referência LGBTQIAP+ nas regionais.

11

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php?p=150965.

Ver

- 
- Institucionalizar a política de segurança pública LGBTQIAP+ que construímos junto à Prefeitura durante meu mandato de vereança.
 - Instituir Grupo de Trabalho, coletar e publicar relatório anual sobre violências e assassinatos de pessoas LGBTQIAP+ na cidade.
 - Garantir formação continuada para Guarda Municipal para construção de uma abordagem sensível à agenda LGBTQIAP+.
 - Fomentar ações de resgate da memória das pessoas LGBTQIAP+ na cidade.
 - Transversalizar as políticas LGBTQIAP+ em todas as outras políticas municipais.
 - Fortalecer a Parada do Orgulho LGBTQIAP+ em Belo Horizonte, tornando-a um atrativo turístico da cidade, conhecida nacional e internacionalmente.
 - Criar o Programa de Educação de Jovens e Adultos Trans (EJA Trans) em nível municipal.
 - Promover atualizações e formação continuada para atendimento à população LGBTQIAP+, buscando desnaturalizar LGBTQIAP+fobia dentro da estrutura institucional da Prefeitura.

Políticas para a Primeira Infância e Juventudes: respeito ao nosso presente e futuro

Belo Horizonte encontra-se com uma oportunidade inestimável para a construção de um futuro mais esperançoso e repleto de dignidade para todos. Nossa cidade tem hoje 160.568 crianças de zero a seis anos, totalizando 6,93% da população. É neste período, denominado Primeira Infância, que ocorre a formação de grande parte do cérebro, e políticas públicas bem direcionadas para esta faixa etária podem apoiar as crianças a atingirem seu pleno potencial de desenvolvimento e terem mais chances de se tornarem adultos mais saudáveis.

Priorizar a infância na elaboração e execução de políticas públicas é uma urgência, em especial no contexto de crise climática, quando nossa solidariedade e nossa capacidade de colaboração são colocadas à prova. A formação para valores como a educação ambiental, o respeito à alteridade e a garantia de direitos humanos são contribuições inestimáveis para a sociedade do amanhã.

É preciso destacar que quase 100% de nossas crianças têm cobertura da atenção primária à saúde, segundo dados da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal¹². No entanto, a cobertura vacinal infantil está bastante abaixo da média de Minas Gerais e do Brasil, segundo fontes do Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023).

¹² Ver <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>.



Sem dúvida, falar sobre primeira infância também é falar sobre as condições de vida das famílias, especialmente das mães. Um indicador importante que mostra a intersecção das políticas públicas que propomos neste Programa é a razão de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos em Belo Horizonte. Hoje, quase 85% das mães que faleceram por causas ligadas à gestação, parto e puerpério (até 42 dias após o parto) são pardas ou negras, o que aponta para a necessidade de se analisar tais dados com recortes de raça e classe, e de avançar na proteção a esta população.

Neste sentido, é imprescindível que a Prefeitura contribua com o acolhimento, cuidado e desenvolvimento familiar, dos pais, mães, cuidadores e filhos(as). Para tal, é fundamental uma gestão que garanta à família o contato frequente, a partir das visitas regulares, onde serão oferecidas orientações, acompanhamentos e haverá a formação de elo entre a criança, seus pais e as equipes de profissionais dos serviços de saúde e educação da Prefeitura, como creches, pré-escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBS), entre outros.

Precisamos olhar, também, para a saúde mental e a qualidade de vida de nossos jovens. Tem sido notório o aumento nos casos de adolescentes encaminhados à Vara da Infância e da Juventude de BH em razão de conflitos no ambiente escolar. A Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte tem contribuído com a divulgação de dados de atendimento relacionados ao cometimento de atos infracionais ocorridos nas escolas de Belo Horizonte. A partir das experiências da comunidade escolar, de técnicos da Prefeitura, de dados como os divulgados pela Vara, e da articulação com instituições de segurança pública, é preciso que criemos em nossa cidade um ambiente escolar seguro, pacífico e respeitoso.

Outra fonte de dados, que infelizmente deixou de ser atualizada, é o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte - IVJ-BH. Desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte e com apoio do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP-UFG, o IVJ já foi instrumento de apoio ao planejamento e ao monitoramento das políticas públicas municipais voltadas para o público jovem. Precisamos retomá-lo e usá-lo como fonte para nossas políticas públicas, de maneira interseccional.

Um exemplo é quando pegamos o indicador da Taxa Média de Homicídio da População Masculina com Idade entre 15 e 29 anos, entre 2013 e 2015 (últimos dados disponíveis pela Prefeitura) e o desagregamos por raça, cor e sexo. A população masculina, preta, parda e indígena tem quase três vezes mais chance de morrer do que essa população branca, na mesma faixa etária.

Instituições privadas também têm produzido dados que devem ser levados em consideração para a construção das políticas públicas para as juventudes da



cidade. Pesquisa realizada pela Fundação CDL-BH¹³ mostrou que quase 40% dos entrevistados dizem estar frequentemente tristes ou desanimados. Ou seja, temos quase metade dos jovens de Belo Horizonte afirmando estar com a saúde mental potencialmente fragilizada. É preciso que tenhamos políticas efetivas que respondam às necessidades da nossa juventude.

Neste sentido, nossas propostas preliminares são:

- Mapear e aproximar a Prefeitura às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, em especial as mães, que tendem a ser as principais cuidadoras, promovendo políticas de transferência de renda, acolhimento, formação e requalificação para o mercado de trabalho.
- Ampliar a cobertura vacinal das crianças, visando alcançar, no mínimo, a cobertura média do Brasil.
- Garantir a continuidade dos bons indicadores de educação infantil, empenhando esforços para que eles não retrocedam.
- Mapear e reduzir o percentual de mortalidade infantil por causas evitáveis com ações mais eficientes de assistência a gestantes e recém-nascidos, melhores condições de parto, diagnósticos e tratamentos mais precisos ou ações de promoção da saúde.
- Ampliar o percentual de gestantes com sete ou mais consultas pré-natal.
- Reduzir o percentual de nascimentos registrados como baixo peso ao nascer para, no mínimo, a média brasileira.
- Garantir que as mulheres que assim desejarem recebam visitas a domicílio para promoção do desenvolvimento infantil, da parentalidade positiva e do acesso a outros direitos da mãe e da criança.
- Retomar e atualizar o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte - IVJ-BH.
- Integralizar as discussões da juventude com as de outras políticas públicas do município, como as de mobilidade urbana, lazer, esporte, educação, saúde, assistência social, desenvolvimento econômico, economia circular, mudanças climáticas, segurança de direitos, entre outras.
- Articular com as instituições escolares, de assistência social, comunidades escolares, órgãos de segurança pública e outros para reduzir o crescente número de adolescentes encaminhados à Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte em razão de conflitos no ambiente escolar.

13

Ver <https://www.cdbh.com.br/imprensa/metade-dos-jovens-de-bh-entre-15-e-21-anos-diz-estar-com-a-saude-mental-fragilizada/>.

- 
- Promover, em nível municipal, a implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.
 - Aproximar as instituições de ensino, públicas e privadas, da Prefeitura, e vice-versa, para que tenhamos diagnósticos mais sólidos sobre a saúde das crianças e jovens de Belo Horizonte.
 - Expandir a rede de atendimento de saúde mental pública, no SUS, com foco nas crianças e jovens.
 - Realizar a VIII Conferência Municipal de Juventudes.
 - Criar e implementar, a partir dos insumos da VIII Conferência Municipal de Juventudes, um Plano Municipal de Juventudes que assegure e fortaleça mecanismos de participação social, incentivando a participação política dos(as) jovens, garantindo protagonismo juvenil e, ao mesmo tempo, promovendo o acesso das juventudes aos seus direitos.
 - Organizar e fortalecer políticas que garantam o acesso pleno das juventudes ao direito à cidade, assegurando a elas o direito de transitar pelos territórios, de utilizar e de criar diferentes espaços.
 - Criar, nas regionais, polos de políticas, programas e ações para as juventudes, descentralizando os já existentes e fomentando maior integração territorial para estes jovens.
 - Planejar e implementar políticas, programas e ações que alarguem o acesso das juventudes às oportunidades de trabalho, emprego e renda em condições dignas, além de articular ações que assegurem renda justa para as diversas juventudes, enfrentem a informalidade e a precarização, considerando recortes de maior vulnerabilidade e risco, como adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e jovens que saíram do sistema prisional.

BH que respeita sua história é uma BH inclusiva às pessoas idosas

Respeitar os que vieram antes de nós é respeitar a história da nossa cidade. A expectativa de vida na capital mineira é de 72 anos, uma das mais altas do país. A pirâmide etária de Belo Horizonte apontou que a população acima de 65 anos representava 12,4% em 2022, o maior número da história, superando, em muito, os 8,1%, em 2010. Isso significa que nossa população está envelhecendo e precisamos que a cidade respeite estas pessoas em sua infraestrutura, na oferta de bens e serviço e nas relações interpessoais.

Pretendemos reforçar as políticas para pessoas idosas, distribuídas nas diversas áreas da Prefeitura, do Turismo urbano e Lazer à educação e saúde, passando pela mobilidade urbana, no sentido de mostrar o nosso compromisso



em trabalhar para lograr benefícios aos idosos, além de propiciar políticas, serviços, ambientes e estruturas que permitam melhorar a saúde e a qualidade de vida das pessoas à medida que elas envelhecem.

Uma cidade que é referência na política para pessoas idosas é desenhada para todas as idades, não exclusivamente para alcançar melhorias para a população idosa. É o que propõe a ideia das cidades “8-80”¹⁴, criadas pelo famoso arquiteto e urbanista Gil Penalosa, que considera as necessidades e demandas de todos os moradores, de crianças de oito anos a adultos maiores de 80, com o principal objetivo de estabelecer cidades mais seguras e agradáveis de se viver, beneficiando pessoas em qualquer faixa etária.

Queremos retomar o protagonismo que Belo Horizonte já teve, com o Programa Maior Cuidado, pioneiro de atendimento comunitário para idosos no Brasil.

Neste sentido, nossas propostas preliminares são:

- Garantir que Belo Horizonte receba da Organização Mundial da Saúde (OMS) a certificação internacional de Cidade e Comunidades Amigáveis à Pessoa Idosa¹⁵, a partir de políticas de referência para este público.
- Fortalecer a atuação do Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte.
- Cumprir as metas inconclusas do Programa Maior Cuidado, buscando ampliar os atendimentos.
- Criar e implementar o programa "BH, Cidade Amiga dos Idosos", em parceria com instituições nacionais e internacionais, que visará criar um ambiente urbano acessível e inclusivo para todas as pessoas idosas, incluindo melhorias em infraestrutura, serviços de saúde, atividades sociais e culturais, tal como os equipamentos esportivos para a prática de exercícios de idosos nos parques e praças públicas, além de promover a participação ativa dos idosos na comunidade.
- Envolver os idosos em programas comunitários, culturais, institucionais da Prefeitura e de voluntariado em ações diversas.

 **Um belo e acessível horizonte para as pessoas com deficiência:**

Uma sociedade pode ser menos excludente quando reconhece a diversidade humana e as necessidades específicas dos vários segmentos sociais,

¹⁴ Ver <https://www.880cities.org/>.

¹⁵ Ver <https://www.paho.org>.



assegurando-lhes oportunidades de acesso aos bens e serviços dos quais necessita.

Queremos seguir avançando no reconhecimento das potencialidades das pessoas com deficiência, e tornando nossa cidade e nossa sociedade cada vez mais adaptadas e aptas a recebê-las em todas as suas expressões.

Para que Belo Horizonte seja uma cidade que respeita, valoriza, protege e promove os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, nossas propostas iniciais, conjuntamente às demais que estão contidas em outras áreas deste plano, são:

- Atender pessoas com deficiência auditiva, por meio da Central de LIBRAS, nas modalidades presencial e online.
- Fazer cumprir o eixo “Acessibilidade Universal” do Plano de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, e suas respectivas metas.
- Avaliar a implantação da tecnologia “Cartão Respeito”, que visa permitir ao cidadão que usou o transporte coletivo acionar, com seu cartão, um dispositivo acoplado à rede semafórica da região central, concedendo maior tempo de verde para realizar a travessia da via com mais segurança.
- Assegurar formato acessível na produção de materiais informativos e campanhas, em todos os canais de comunicação da Prefeitura, incluindo pronunciamentos dos gestores públicos.
- Ampliar as rotas acessíveis para facilitar a circulação aos pontos de maior interesse na cidade, aumentando a segurança dos transeuntes com deficiência e mobilidade reduzida.
- Mapear todos os pontos de paradas de ônibus da cidade e criar um Plano de Readequação do Transporte Coletivo à Acessibilidade, com vistas a garantir o direito das pessoas com deficiência à mobilidade.
- Considerar a acessibilidade como prerrogativa para realização de obras em ambientes públicos.
- Estimular que empreendimentos privados, em especial os de comércio e serviços públicos, se adequem às normas de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Promover a formação continuada de condutores de veículos de táxi e transporte público sobre os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Assegurar a participação das pessoas com deficiência no planejamento, criação e execução das políticas públicas, considerando as suas particularidades.

- 
- Criar um plano e uma política municipal de combate à discriminação, à violência e ao capacitismo, de maneira a respeitar a autonomia e a individualidade das pessoas com deficiência.
 - Avançar na efetivação dos direitos dos estudantes à Educação Inclusiva, especialmente no ensino básico.

Cidade de Todas as Mulheres

As mulheres ainda enfrentam desafios para romper com desigualdades econômicas e sociais, como demonstra o relatório final do Fórum Econômico Mundial de 2019¹⁶, que apontou que serão necessários 257 anos para haver paridade de gênero nas oportunidades e participação econômica, se continuarmos com as políticas como elas estão. O Brasil apareceu na 92ª posição no ranking, o que indica que o país precisa de mais de 59 anos para ter equidade entre homens e mulheres. Propomos uma gestão da liderança pelo exemplo e para superar esta realidade são necessárias providências em diferentes áreas da Prefeitura.

O Mapa das Desigualdades¹⁷ aponta que os homens ganham 1,7x, em média, se comparado às mulheres, em Belo Horizonte. No entanto, se fizermos recortes por bairros, o estudo aponta que essa desigualdade pode chegar a 3,9x, no bairro Cidade Jardim Taquaril, 3,1x no Álvaro Camargos e 2,9x no Belvedere.

Outro indicador importante que este estudo apresenta é a proporção de mulheres com renda de até um salário mínimo (SM) em BH. Os dados indicam que, à exceção da regional Centro-sul e partes da Pampulha, Belo Horizonte possui mais de 60% de suas mulheres recebendo até um salário mínimo. As maiores proporções estão nos bairros Vila Paraíso Estoril, com 80% das mulheres ganhando até um SM, Bispo de Maura, com 78%, e Vila Madre Gertrudes II, com 78%. As menores proporções estão nos bairros Cidade Jardim, com 26%, e Santo Antônio e Estoril, ambos com 29%.

Outro problema que as mulheres enfrentam são as violências sofridas por serem mulheres: as violências de gênero. Matéria recente, publicada em diversos

¹⁶

Ver https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2020_Press_Release_Portuguese.pdf.

¹⁷ Ver <https://nossabh.org.br/uploads/2021/06/Mapa-das-desigualdades-da-RMBH-2021.pdf>.



dos jornais mineiros e nacionais¹⁸, mostrou que, por dia, 40 mulheres solicitam medidas protetivas em Belo Horizonte.

Somado a estes fatores, é preciso cuidar da saúde mental e física das mulheres, como por exemplo com a ampliação do acesso delas aos produtos de higiene menstrual. Conforme nos alerta o relatório da Unicef¹⁹, estima-se que no Brasil há 1,24 milhão de meninas, 11,6% do total de alunas, que não têm à sua disposição papel higiênico nos banheiros das escolas em que estudam. Outro dado alarmante do estudo, que aponta para direcionarmos um olhar mais apurado para Belo Horizonte, é que 6% das meninas não têm acesso à higiene das mãos após o uso do banheiro, por conta das escolas não possuírem acesso a pias ou lavatórios em condições de uso.

Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Universalizar o acesso à água em escolas municipais.
- Garantir espaços formativos para que as mulheres, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade, possam se formar para o mercado de trabalho, através de formação ou requalificação.
- Acompanhar e monitorar as contratações feitas pela Prefeitura, de modo a reduzir a desigualdade de gênero, com estipulação de metas progressivas até se alcançar a equidade.
- Eliminar toda e qualquer disparidade salarial que possa haver na Prefeitura, a partir de levantamentos internos a serem realizados.
- Dar continuidade às ações de enfrentamento das violências contra as mulheres já existentes em âmbito municipal.
- Criar mecanismos eficientes, em diálogo com as mulheres, organizações sociais, Conselho da Mulher, instituições de segurança pública, instituições de justiça e outras, para denúncias - anônimas - de casos de violência em espaços e transportes públicos em Belo Horizonte.
- Ampliar e fortalecer a linha de cuidado à mulher que sofre violência sexual, integrando as áreas de saúde e segurança e garantindo a formação continuada para sensibilização do atendimento.

¹⁸

Ver <https://www.em.com.br/gerais/2024/08/6914148-mulheres-recebem-40-medidas-protetivas-por-dia-em-bh.html>;
<https://www.otempo.com.br/cidades/2024/8/5/cerca-de-40-mulheres--por-dia--pedem-medida-protetiva-em-belo-ho;>
e [https://www.hojeemdia.com.br/minas/bh-tem-40-pedidos-de-medida-protetiva-por-dia-diz-policia-civil-1.1024174.](https://www.hojeemdia.com.br/minas/bh-tem-40-pedidos-de-medida-protetiva-por-dia-diz-policia-civil-1.1024174)

¹⁹

Ver [https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf.](https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf)

- 
- Desenvolver programa intersetorial para inclusão no mercado de trabalho e qualificação profissional de mulheres vítimas de violências.
 - Promover o acesso por meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade econômica a produtos de higiene menstrual, tornando a escola um espaço de acolhimento e de acesso a estes produtos.
 - Atualizar dados, indicadores e índices que dizem respeito à saúde das mulheres em Belo Horizonte, em parceria com universidades públicas e privadas e instituições de pesquisa.
 - Implementar centros regionalizados de atenção especializada à saúde da mulher com atendimento integral e humanizado.
 - Fortalecer as atividades das maternidades municipais.
 - Estimular a humanização do parto em maternidades e hospitais gerais que realizam partos.
 - Estimular a inserção de doulas no acompanhamento às gestantes, caso seja do desejo destas.
 - Implementar uma casa de acolhimento para mulheres gestantes em situação de rua com propósito de cuidado, proteção e formação adequada para que possam superar esta situação.
 - Instituir, nas regionais, Fóruns e/ou Comitês especializados de Políticas para as Mulheres visando incentivar a governança participativa, territorializada e a conscientização da importância do tema das políticas para mulheres.
 - Criar políticas de estímulo às melhores práticas por gestoras mulheres, dentro da Prefeitura, compartilhando resultados, processos e análises sobre estas práticas, com vistas a fortalecer tais políticas e o papel das mulheres na estrutura interna da Prefeitura.
 - Fortalecer as ações da Casa da Mulher Brasileira (CMB) por meio da ampliação e qualificação da equipe da CMB sob a responsabilidade do município, em especial nas áreas de serviço social, psicologia, gestão administrativa, recepção e Guarda Municipal.
 - Implementar um programa de atenção especializada para atendimento a adolescentes grávidas, de 13 a 17 anos, em situação de pobreza e vulnerabilidade.
 - Realizar pesquisa quantitativa e qualitativa dos processos que envolvam o crime de feminicídio por meio de parcerias com universidades públicas e privadas, com vistas a elaborar formas de intervenção para prevenir e evitar os crimes de feminicídio na capital mineira.



Estes passos vêm de longe: povos e comunidades tradicionais

O Censo 2022 identificou que Minas Gerais tinha 36.699 auto-declarados indígenas, dos quais mais de 2.600 vivem na capital, Belo Horizonte. Os dados relativos à população em Minas Gerais são recentes, mas a literatura nos mostra que diversos povos indígenas, para além dos 10 contabilizados atualmente, circularam, outrora, no território que hoje chamamos de Minas Gerais. Contando toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte, tem-se quase 5.000 indígenas, muitos deles já atingidos pelas consequências das mudanças climáticas, da destruição ambiental causada por mineradoras e de outras violências. E Belo Horizonte tem sido um território de referência e violências contra estes povos.

Quando fui vereadora, contribuímos para a realização da feira Abya Ayala, após anos de luta dos povos indígenas por visibilidade, políticas públicas e valorização da vida e da cultura. Vamos lutar pelo não apagamento dessa população em Belo Horizonte, com as interfaces com a metrópole, e pelo respeito às suas identidades, evitando a reprodução da colonização no território belo-horizontino.

Saudamos também a luta dos quilombos de Belo Horizonte pelo direito à permanência, à expressão cultural, à reparação histórica, e também ao meio ambiente equilibrado.

É importante sempre evidenciar que as comunidades tradicionais estão entre as populações mais afetadas pelo racismo ambiental, sendo historicamente alvo de desterritorialização forçada, e hoje em dia sendo frequentemente vitimadas por crimes de ecocídio. Lembramos, neste programa, que a Justiça manteve a suspensão de licença de mineração na Serra do Curral, após acolher as evidências trazidas pelo MPF de que uma comunidade quilombola não foi consultada durante o processo de licenciamento.

Neste sentido, nossas propostas iniciais são:

- Garantir que o direito à consulta livre, prévia e informada seja respeitada em todos os procedimentos de licenciamento que passarem pelos órgãos municipais.
- Garantir a participação de negras e negros, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais nos espaços de decisão, em especial em Conselhos de Políticas Públicas Municipais, assegurando maior representatividade nas Secretarias Municipais, nos processos de formulação e implementação de políticas e em todas as áreas da administração pública municipal.
- Retomar e fortalecer a feira Abya Ayala, com maior participação de povos indígenas, integrando-a como parte das políticas públicas de Belo Horizonte.

- 
- Dar prosseguimento à nossa solicitação, como deputada federal, para a criação da Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) em Belo Horizonte ou em parceria com município da Região Metropolitana para atendimento dos indígenas que vivem e transitam na região.
 - Definir políticas públicas e ações descentralizadas, nos âmbitos da arte, da cultura e da educação, entre outros, que respeitem as especificidades dos diferentes territórios, valorizando o saber local e a participação efetiva das(os) cidadãs(os), considerando as contribuições e lutas dos diferentes sujeitos e comunidades.
 - Ampliar a participação da comunidade educacional (professoras(es), diretoras(es), responsáveis, alunas(os) e comunidade) nas políticas de formação continuada em relações étnico-raciais, abarcando áreas diversas – como cultura, saúde e educação – e proporcionando condições para a aplicação efetiva das leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica.
 - Implementar, na rede municipal de ensino, de forma efetiva, as leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica e fiscalizar a sua correta implementação na rede privada, incluindo formação e atualização de trabalhadoras(es) da educação.

Imigrantes: portas abertas, com oportunidades

Atualmente, são milhões de pessoas migrando em todo o mundo, com medo de perderem suas vidas e das pessoas que amam para guerras, crises sanitárias, mudanças climáticas, intolerância religiosa, entre outras razões. Esse aumento expressivo de pessoas que migram se tornou uma realidade e impacta o planejamento e a gestão das políticas urbanas em Belo Horizonte.

A integração local de migrantes é um processo complexo e multifacetado, portanto exige uma abordagem que possa respondê-lo. Diante disso, é preciso que Belo Horizonte se prepare, uma vez que as pessoas nestas condições precisam de assistência adequada às suas especificidades.

Uma das características de Belo Horizonte é ser uma cidade acolhedora. E queremos que as pessoas migrantes, refugiadas e apátridas sejam bem-vindas à nossa cidade, nos comprometendo com o bem-estar e respeito aos direitos destes cidadãos e cidadãs.

Um dos exemplos para essa preparação é Belo Horizonte realizar programas como o Empoderando Refugiadas, lançado em 2015, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas no Brasil (Rede Brasil Pacto Global) e a ONU Mulheres,



objetivando formar e promover a contratação de mulheres refugiadas e deslocadas à força em municípios brasileiros.

Para tanto, nossas propostas iniciais são:

- Fortalecimento dos serviços de atendimentos a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.
- Promover formação continuada aos profissionais que atuam com esta população nos serviços públicos.
- Ter um centro de referência das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas
- Ampliar e qualificar o atendimento na casa da acolhida e do regresso, considerando as especificidades de atendimentos individuais e grupos familiares.
- Estabelecer acordos de cooperação com embaixadas de outros países, para ampliar o diálogo e evitar deportações forçadas.
- Estabelecer o Programa Empoderando Refugiadas em Belo Horizonte.
- Promover parcerias com organizações sociais voltadas ao atendimento de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, buscando ampliar as ofertas de inclusão no mercado de trabalho.

 **BH de todas as espécies: direito dos animais**

Em meio a esse processo de reflexão e amadurecimento que vivemos acerca das relações entre seres humanos e animais, é importante pensarmos no nosso posicionamento com relação ao meio ambiente e à preservação dos diferentes biomas, que também são questões essenciais debatidas neste dia.

Com esse foco, pretendemos desenvolver políticas públicas que traduzam, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de garantia de direitos dos animais, desde melhoria da condição dos animais em situação de rua, fiscalização de maus-tratos, minimização de riscos de doença, manejo da fauna urbana, entre outros temas associados.

Aqui, aproveitamos para reforçar que a causa animal é também uma questão de saúde pública, de todas e todos nós. Assim, este tema impacta até mesmo a quem não é simpatizante da causa, uma vez que animais soltos e doentes pelas ruas transmitem zoonoses. Mas nunca devemos esquecer que também são seres que sentem dor, fome, frio, sede, amam e tudo isso não pode ser ignorado.

Neste cenário, nossas propostas são:

- 
- Ampliar e fortalecer os programas de proteção animal, adoção e manejo da fauna urbana, em consonância com as melhores práticas da Prefeitura, indo além e criando Plano de Manejo da Fauna Urbana de Belo Horizonte, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
 - Criar o programa Municipal de Fomento à Causa Animal.
 - Envidar esforços para prevenir a propagação de doenças e fomentar a criação, o desenvolvimento e a execução sustentável de ações de proteção à causa animal.
 - Garantir o fechamento de locais onde os animais sejam colocados em situação degradante e nociva, para posterior venda, como no Mercado Central.
 - Ampliar os processos de castração de animais em situação de rua.
 - Ampliar as ações de atendimento, consultas clínicas, vacinação e castração, com preços populares, a partir de parcerias com universidades e centros veterinários.
 - Zerar os sacrifícios de animais saudáveis.
 - Melhorar o serviço de resgate de animais atropelados ou que sofreram maus-tratos, implementando sistema unificado de informação sobre as ocorrências envolvendo animais, em parceria com organizações de apoio e reabilitação.
 - Criar mais espaços de convivência e lazer na cidade em praças e demais espaços públicos, com infraestrutura e comodidade, como em várias cidades do Brasil.
 - Desenvolver campanhas educativas, de adoção e guarda responsável.
 - Criar caravanas de cuidado com animais para serem levadas às regionais, em especial aos bairros mais periféricos, oferecendo uma série de serviços gratuitos ou a preços módicos para estas populações.

EIXO 3

— BH: TERRITÓRIO RESILIENTE, RICO EM OPORTUNIDADES E SUSTENTÁVEL —

Neste eixo, falaremos sobre o tecido urbano de Belo Horizonte e as políticas garantidoras dos direitos das pessoas que vivem, trabalham, estudam, visitam e apreciam Belo Horizonte.

Aqui, mostraremos, por fim, como acolheremos e cuidaremos dos cidadãos, a partir das áreas temáticas abaixo elencadas, a saber: qualidade do ar e mudanças climáticas, política urbana, habitação e moradia, mobilidade urbana, arborização e retorno à Belo Horizonte cidade-jardim, resíduos sólidos, economia criativa, desenvolvimento urbano, transição ecológica e turismo.

Compreende-se que neste eixo temos propostas que contribuem para os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.





Mudanças climáticas e Qualidade do Ar: conhecer, mitigar, adaptar e resistir

Belo Horizonte possui diversos instrumentos para endereçar as questões climáticas, dentre eles a lei nº 10.175, que instituiu a Política Climática do município, em 2011²⁰. No entanto, nossa Lei é antiquada e pouco responsiva às questões emergentes e urgentes que temos. A partir do envio de uma revisão desta Lei, vamos dialogar com a Câmara Municipal sobre os investimentos municipais a serem feitos em adaptação, resiliência e mitigação, assim como das perdas e danos. Ou seja, vamos tratar das mudanças climáticas dentro do orçamento municipal, como algo transversal a toda a Prefeitura, como tem que ser.

Outro instrumento que temos é a Análise de Vulnerabilidade, que nos diz, em mapas da cidade, onde estão as áreas de maior risco de deslizamentos, enchentes, ondas de calor e ocorrência de doenças vetoriais, como a dengue. Como este mapa, podemos cruzar dados de renda, gênero, raça e econômicos. Um resultado deste cruzamento é: as áreas de riscos têm mais pessoas pobres e negras. Isso é o que chamamos de injustiça climática. Injustiça porque estas pessoas são as que, comparativamente, por um lado, emitem menos gases de efeito estufa e, por outro, as que mais sofrem com as consequências das mudanças climáticas - advindas das enormes quantidades de gases de efeito estufa lançadas na atmosfera.

Para salvaguardar a vida destas pessoas, o que faremos é detalhar ainda mais os mapas da Análise e outros mapas de BH, com vistas a entender o grau de vulnerabilidade não apenas da região, mas de cada rua da cidade, para que possamos agir em conformidade com o que a ciência e a técnica nos disser.

Se pudermos reforçar os alicerces das áreas de risco, melhor, pois evitamos romper laços comunitários de pessoas que, eventualmente, moram nestas áreas há décadas ou mesmo gerações. Não sendo possível melhorar a infraestrutura destas áreas, garantindo o direito que estas pessoas têm à moradia digna e o direito à vida, criaremos mecanismos de realojamento destas pessoas, mas isso é uma medida radical e que só será usada em casos onde não houver respostas menos invasivas.

²⁰

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/meio-ambiente/lei10175.pdf>.

Ver



Para além destas diretrizes, vamos investir na adaptação. É economia pura e simples. A cada bilhão (de dólares) investido em adaptação contra inundações levaria a uma redução de US\$ 14 bilhões em danos econômicos, conforme estudos nos mostram²¹. Por outro lado, investir 16 bilhões de dólares por ano em agricultura poderia impedir que aproximadamente 78 milhões de pessoas passassem fome ou fome crônica devido aos impactos climáticos.

Vamos criar o cargo de autoridade climática na cidade, para que essa pessoa coordene, articule e promova a Política Climática do município junto a todas as secretarias e órgãos. A discussão sobre clima não pode ficar restrita à pasta de meio ambiente. Ela é sobre economia, saúde, emprego, turismo, transporte, moradia, assistência social, sobre a vida das pessoas. Por isso, será tratada de maneira interseccional entre as secretarias, com forte atuação da área de comunicação da Prefeitura.

Por outro lado, temos a qualidade do ar como enorme desafio de BH e da região metropolitana. Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a poluição do ar ambiente (fora das casas) é responsável por cerca de 4,2 milhões de mortes por ano, devido a derrames, doenças cardíacas, câncer de pulmão e doenças respiratórias crônicas.

A qualidade do ar está ligada ao clima e aos ecossistemas da Terra em todo o mundo. Muitos dos causadores da poluição do ar também são fontes de altas emissões de gases de efeito estufa - que causam as mudanças climáticas. As políticas para reduzir a poluição do ar são uma estratégia “ganha-ganha”, tanto para o clima quanto para a saúde, reduzindo a carga de doenças atribuíveis à poluição do ar, contribuindo para a mitigação de curto e longo prazo das mudanças climáticas.

A análise dos dados de qualidade do ar aponta que BH, e a RMBH, estão numa trajetória que vai na contramão do atendimento das diretrizes da OMS, que tem padrões mais restritos - ou mais preocupados com a saúde humana - de qualidade do ar. Há áreas que sequer atendem o primeiro padrão intermediário, o menos restritivo. Há uma tendência de estabilidade nas concentrações de poluentes na RMBH, sem uma perspectiva de melhora ou piora na qualidade do ar. No entanto, uma outra leitura é: se o padrão da qualidade do ar em BH é inferior ao da OMS e o ar está ruim, essa estabilidade significa que nós respiramos um ar de baixa qualidade em BH.

Para tal, nossas propostas iniciais são:

- Declarar emergência climática, como primeiro ato do governo.

²¹ Ver

<https://brasil.un.org/pt-br/251535-onu-custos-de-adapta%C3%A7%C3%A3o-aos-efeitos-da-mudan%C3%A7a-clim%C3%A1tica-podem-chegar-us387-bilh%C3%B5es-por-ano>.

- 
- Enviar para a Câmara dos Vereadores, nos primeiros dias de governo, um projeto de atualização da Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática de BH e trabalhar para que o projeto seja aprovado.
 - Criar o cargo de autoridade climática na cidade, mostrando a importância de ter profissionais técnicos trabalhando com o tema.
 - Realizar a 1ª Conferência de Sobre Mudanças Climáticas de Belo Horizonte.
 - Adotar marcadores no orçamento municipal para os investimentos associados às ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, identificando-os no Plano Plurianual (PPAG) que elaboraremos.
 - Alinhar os gastos públicos relacionados às mudanças climáticas a objetivos claros de descarbonização e de adaptação, em diálogo com o Legislativo.
 - Estabelecer metas municipais condizentes com os compromissos declarados pelo Brasil em sua NDC, empreendendo todos os esforços para ir além, incluindo no PPAG tais metas.
 - Garantir, guardadas as competências municipais, que as escolas de Belo Horizonte sejam espaços educativos em si, por exemplo com a criação de áreas verdes para plantios, jardins de chuva e hortas para, somadas às salas de aula, promover aulas práticas de educação climática.
 - Estabelecer o Dia Municipal para a Ação Climática, em que as instituições de ensino municipais estarão dedicadas a formarem as crianças, jovens e adultos sobre o tema das mudanças climáticas e a agirem em caso de eventos extremos.
 - Criar o Fundo Municipal de Perdas e Danos, que terá recursos de outorgas e outras fontes a serem criadas.
 - Enviar à Câmara Municipal lei que atualiza as competências do Conselho de Política Urbana, com vistas a incluir diretrizes, princípios e responsabilidades correlatas à agenda climática do município.
 - Estimular mudanças na legislação para que os processos de licenciamento ambiental de fontes de emissão potencialmente poluidoras sejam incluídos critérios objetivos relativos à manutenção da adequada qualidade do ar ou da recuperação de áreas em não conformidade.
 - Dobrar a quantidade de estações de monitoramento de qualidade do ar ativas em Belo Horizonte (de quatro para oito) em até dois anos, integrando-as ao sistema de monitoramento da qualidade do ar do Estado de Minas Gerais.
 - Enviar à Câmara Municipal Projeto de Lei que estimule as empresas geradoras de resíduos, efluentes e gases a terem mecanismos de



monitoramento de qualidade do ar conectados ao sistema estadual, com dados públicos, abertos e de propriedade da Prefeitura.

- Estimular as empresas que já têm mecanismos de monitoramento da qualidade do ar a atualizarem seus sistemas, com vistas à salvaguarda da série histórica dos dados.

Política urbana e espaços públicos em contexto de crise climática

Tenho rodado Belo Horizonte e ouvido: BH está descuidada, suja, largada. As pessoas que me falam isso estão se referindo aos nossos espaços públicos. Teremos muito cuidado com as áreas públicas da nossa cidade, que são fundamentais para o contexto das mudanças climáticas em Belo Horizonte, combinando o uso e a ocupação do solo, garantindo proteção ambiental, sensação de conforto e prazer das pessoas ao circularem na cidade e geração de emprego e renda.

Através de um tratamento especial das áreas públicas, combinado ao uso e ocupação do solo e políticas de acalmamento do sistema viário, garantindo proteção, conforto e prazer. Para atrair as pessoas entendemos que é fundamental possibilitar atividades como caminhar, permanecer, sentar, olhar, conversar, ouvir e atividades artísticas, lúdicas e esportes.

Um exemplo são os banheiros e bebedouros públicos, serviços essenciais para a garantia dos direitos à água e ao saneamento em esferas da vida além do domicílio, de acordo com o relatório A/HRC/42/47 da ONU de 2019. As dificuldades de fornecer esses serviços os coloca em segundo plano e deixa pessoas para trás, como pessoas em situação de rua e trabalhadores da rua. Embora seja uma necessidade reconhecida, não há normativa legal que torne compulsória a provisão. Dessa forma, são poucas as cidades que efetivam esses direitos, afetando a vida de diversas pessoas que deles dependem, o que pretendemos fazer em Belo Horizonte.

Nossas propostas iniciais são:

- Realizar a VII Conferência de Política Urbana com foco nas mudanças climáticas e seus impactos específicos nas regionais.
- Realizar pré-conferências de Política Urbana, as PreCon, em cada uma das nove regionais, para compreensão das demandas das populações de cada uma delas.
- Criação da Subsecretaria de Periferias, em articulação com as diretorias de regionais e demais Secretarias, para desenho, implementação, avaliação e revisão das políticas, programas, planos e medidas voltadas às periferias da cidade.

- 
- Utilizar a análise de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas de Belo Horizonte como instrumento da política urbana, orientando programas, planos, ações, investimentos e obras.
 - Implementar uma política de drenagem, territorializada pelas bacias hidrográficas, com infraestruturas de baixo impacto e alta eficiência, integradas aos espaços públicos.
 - Fazer cumprir a Lei do Plano Diretor que garante a permeabilidade do solo mínima estabelecida, via fiscalização e cria políticas de incentivo ao aumento da taxa de permeabilidade e captação de água chuva por parte dos municípios.
 - Implementar pontos de atendimento ao cidadão em cada uma das nove regionais, descentralizando os pontos de atendimento do BH Resolve e criando emprego para pessoas da cada regional.
 - Fortalecer as nove regionais com ampliação dos serviços ofertados nelas, ampliação da capacidade administrativa e do orçamento destinado a cada uma delas.
 - Atualizar a política de acesso ao saneamento básico, a Lei Nº 8.260 em alinhamento com o relatório A/HRC/42/47 e com o Projeto de Lei 1922/2022 em tramitação na Câmara dos Deputados.
 - Realizar um estudo para compreender a demanda de banheiros e bebedouros públicos em cada regional e implementar um plano de ação para suprir tais demandas.
 - Instalar banheiros e bebedouros que atendam as demandas dos grupos historicamente deixados para trás na falta dessas soluções.
 - Estimular a interação entre espaço público e lotes privados, através de edificações com acesso visual a rua, de altura baixa e média e fachadas ativas que mantenham interação com o espaço público, em consonância com o Plano Diretor.
 - Criar mais locais de permanência, através de ofertas de locais para sentar-se, aplicação de infraestrutura a partir de técnicas de urbanismo tático, entre outros.
 - Criar estruturas que possibilitem atividades ao ar livre como arte de rua, atividades para crianças e jovens, atividades esportivas, entre outras.
 - Garantir que a Prefeitura de Belo Horizonte não seja um balcão para autorizar intervenção em áreas de áreas de proteção permanente, que deveriam estar sendo recuperadas e protegidas em razão da importante função ecológica que exercem.

- 
- Garantir a continuidade do fechamento do aeroporto Carlos Prates, estabelecendo que no local se tenha investimentos diversos, a partir do desejo popular, e reflorestamento para formação de Parque Aeroporto, ampliando o acesso da população local às áreas verdes e criando novas áreas de recarga hídrica no município.
 - Fazer estudos sobre adensamentos dos corredores de BRT para atualizar os dados existentes e subsidiar eventuais políticas de moradia nestas áreas, valendo-se do conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte (TOD), estimulando a ocupação compacta e com uso misto do solo, com distâncias curtas para trajetos a pé e de bicicleta para as estações de transporte de alta capacidade.
 - Instituir políticas, programas e medidas que deem atenção às necessidades de gênero e faixas etárias, compreendendo as necessidades de cada grupo, como maior segurança para mulheres, espaço para brincar para crianças e locais acessíveis a idosos, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Moradia digna como direito fundamental e estímulo econômico

Interpretada como acesso aos meios para uma sobrevivência digna, a moradia é reconhecida nacional e internacionalmente como direito humano fundamental que se relaciona com todas as demais políticas públicas, reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e também pela nossa Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º, caput.

Em termos urbanos, viver dignamente significa habitar em um espaço da cidade dotado de infraestrutura para o tratamento de água e esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação, arborização, com acesso facilitado a equipamentos de saúde, educação, lazer e cultura, bem como às oportunidades econômicas e de emprego.

O diagnóstico é de que existe em Belo Horizonte duas cidades: a dos incluídos em políticas públicas e as que vivem com medos distintos, incluindo o medo do despejo, da chuva, das enchentes, dos deslizamentos, das ausências. abandonadas à própria sorte, marcadas pela falta de políticas públicas que possam efetivar o direito à terra urbana e à moradia para as populações de menor renda, o que aponta para o descaso com aqueles que mais necessitam da atuação do poder público para concretizar o direito à moradia adequada e à uma vida digna.

Aqui, uma vez mais, destacamos o aspecto da interseccionalidade das pautas urbanas. As consequências das mudanças climáticas são inúmeras e



afetam as diversas pastas e temas de um município. Os deslizamentos e enchentes causam problemas sérios, como casas desmoronando e pessoas perdendo suas vidas e seus bens. Isso é um exemplo latente de como as mudanças climáticas afetam o direito à moradia digna, em especial em Belo Horizonte, onde temos encostas edificadas.

Belo Horizonte tem uma conta que não fecha. Segundo dados coletados no Censo 2022 do IBGE²², temos mais imóveis vazios (109 mil domicílios) do que moradores em ocupações (108 mil pessoas) e moradores em situação de rua (aproximadamente 13.700 pessoas²³), majoritariamente homens pretos, pardos ou indígenas, neste último caso. Há, ainda, mais de 1,7 mil famílias correndo o risco de serem despejadas em BH. Ou seja, é preciso romper com a lógica da exclusão social ao direito à moradia, promovendo moradia digna para estas pessoas, como parte do processo de inclusão social e efetivação de outros direitos humanos.

Neste campo, nossas propostas preliminares são:

- Promover um amplo e eficiente processo de regularização fundiária na cidade.
- Modificar a lógica atual em que a produção de unidades habitacionais, tornando-a mais popular, com participação do mercado imobiliário, construtoras, incorporadoras e garantindo às pessoas das classes mais populares o acesso à moradia digna.
- Estimular a políticas, planos e ações que garantam a permanência das pessoas mais pobres nas diversas regionais da cidade, evitando a gentrificação e garantindo a ampla utilização dos territórios.
- Fazer cumprir o previsto no Plano Diretor, fomentando as reformas urbanas que possibilitem a descentralização de atividades e que estimulem o desenvolvimento de áreas como Venda Nova e Barreiro e as demais centralidades previstas no Plano.
- Elaborar um plano de atuação para garantia de infraestrutura urbana e equipamentos públicos em territórios periféricos da cidade, juntamente à Secretaria de Obras, Urbel, Sudecap e a Subsecretaria de Periferias.
- Dar continuidade à Política Municipal de Habitação (PMH) para o atendimento da população de baixa renda e ampliá-la.
- Incidir para que os despejos programados sejam revistos à luz do direito à moradia digna e do princípio da precaução, com vistas a impedir todo e qualquer despejo na cidade.

²² Ver <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>.

²³

Ver <https://dados.pbh.gov.br/dataset/populacao-de-rua/resource/820998ec-7d9b-4caf-a22d-28ae97eb99d9>.

Ver

- 
- Propor um novo arranjo institucional entre a Política de Habitação e a Política Fundiária do município, integrando-as às políticas de planejamento urbano.
 - Iniciar um diálogo com servidores públicos e população sobre a junção da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap e a Secretaria de Obras, ou outro arranjo que eventualmente possa ser mais eficiente e menos custoso à capital mineira.
 - Destinação orçamentária específica para habitação, com estabelecimento de cota mínima anual do orçamento, com aumentos progressivos dos investimentos, quer seja para novos empreendimentos, quer seja para retrofit.
 - Revisar a política de Aluguel Social, através da compreensão do funcionamento do benefício financeiro mensal para cobertura de despesas com moradia de famílias de baixa renda, com prioridade para famílias com renda de até três salários mínimos, mulheres em situação de risco em razão de violência doméstica e de adolescentes entre 18 e 21 anos egressos do sistema de acolhimento institucional da criança e do adolescente.
 - Garantir a interlocução entre as secretarias de Obras, Política Urbana e Meio Ambiente, com vistas à promoção do direito à moradia digna, com acesso à água potável, tratamento de esgoto, em locais seguros que não ameacem as reservas ambientais e tampouco sejam ameaçados pelas mudanças climáticas.

Mobilidade e logística urbana, transporte e acessibilidade: garantias para uma metrópole ativa, articulada e internacional

Belo Horizonte tem um Plano de Mobilidade Urbana, elaborado pela sua população durante a IV Conferência de Política Urbana, em 2014, e instituído pela Lei Nº 11.181. O Plano traz em si o que a população quer, entre elas a melhoria, de fato, do transporte coletivo. Esse plano - e a gestão dele - foi, em larga medida, relegado pela Prefeitura. Um exemplo prático: se pegarmos o percentual do orçamento municipal investido em mobilidade urbana, um indicador fácil de ser calculado em BH, em 2013, tínhamos 10,08%. Ou seja, de todo o orçamento da cidade, 10,08% ia para a mobilidade. Em 2022, esse valor foi de 4,3%. Ou seja, reduzimos substancialmente a capacidade de melhorar a mobilidade urbana na cidade e, por consequência, resolver este que é um dos problemas que mais assola a população de BH. Se esse é um problema identificado pelas pessoas, é preciso que a solução saia da esfera dos discursos e passe a compor o orçamento. E faremos isso.

Fortalecer a participação da população na gestão da mobilidade ouvindo ativamente a população, para que ela me diga quais são as prioridades. Se a prioridade é baixar a tarifa, trabalharemos para isso. Se for melhorar a qualidade



do transporte coletivo, é isso que faremos. Se for ampliar a oferta dos ônibus, é para lá que vamos. Se for tudo isso e muito mais, voltaremos a investir na mobilidade urbana como o povo quer. Isso não é populismo, é escuta, é ampliação democrática e reordenamento do orçamento.

Hoje, apenas 28,9% da população considera o transporte coletivo “ótimo ou bom”. É preciso que esse número suba, para além de aumentarmos a quantidade de pessoas usando o transporte coletivo, sem lotar ônibus. Hoje, apenas 17,6% da população avalia bem o transporte suplementar. Se pegarmos o Índice de Conforto de Viagens, hoje apenas 65% delas estão em conformidade. A meta é 92%. Ou seja, estamos longe de termos um transporte coletivo que dê conforto às pessoas. É preciso enfrentar a *segunda máfia que avalio existir em Belo Horizonte, a das empresas de ônibus*, para termos sistemas de transporte coletivo que estejam à altura das necessidades das pessoas, não da ganância das empresas.

Algo importante estar por vir, no campo da mobilidade urbana. A próxima Prefeita(o) de Belo Horizonte terá que elaborar um novo contrato para a prestação do serviço de transporte por ônibus, que vence em 2028. Proporemos um processo inédito na cidade, com vistas a garantir que as pessoas de Belo Horizonte e de municípios vizinhos, incluindo as prefeituras e a Agência Metropolitana, possam definir qual sistema de transporte coletivo elas querem, já a partir de 2025, com profundas rodadas de diálogo que culminaram em um modelo de licitação e na respectiva contratação do serviço.

Em paralelo a este diagnóstico político, faremos o técnico, propondo melhorias efetivas no transporte coletivo. Um exemplo: é sabido que as faixas exclusivas de ônibus reduzem o tempo das pessoas dentro dos ônibus e podem ajudar a melhorar a eficiência dos ônibus - o que poderia reduzir o custo da passagem. Em 2020, era para termos 77% das faixas exclusivas previstas implantadas na cidade. Tínhamos 39%. Em 2022, passamos para 43%. E estas faixas custam pouco, perto dos benefícios que trazem ao povo.

De pronto, implementaremos 100% das faixas exclusivas e preferenciais planejadas e identificaremos novas vias para termos estas faixas. Elas reduzem o tempo de deslocamento das pessoas e podem reduzir o custo da tarifa, ainda que em centavos. Na atual gestão, a velocidade média dos ônibus caiu para 14,7 km/h no período da tarde. A meta é 16km/h. Parece pouco, mas alcançar a meta significa cuidar das pessoas, transformando o tempo dentro do ônibus em tempo livre para elas se dedicarem ao que quiserem, às suas famílias, lazeres, trabalho, educação, etc.

A presença de cidadãos caminhando ou utilizando os espaços públicos em diferentes horas do dia nos revela a demanda de uso dos espaços em determinadas regiões da cidade. Um exemplo é o uso expressivo da orla da Lagoa da Pampulha aos sábados, domingos e feriados, que nos ajuda a compreender o



quanto algumas áreas são mais ou menos atrativas para a prática de exercícios físicos em e lazer em geral.

Neste sentido, a presença de estabelecimentos e a diversidade de usos pode influenciar no potencial de atração de pessoas na região. A iluminação pública eficiente também contribui para a formação de um ambiente urbano mais favorável e vibrante para a caminhada, para o uso da bicicleta ou para o acesso ao transporte público no período noturno.

A mobilidade, incluindo o transporte coletivo, é um direito que garante outros muitos direitos e afazeres. Sem ela, as pessoas não chegam na escola, no trabalho, na casa de um familiar, nos parques, onde quiserem ir. É preciso retomar o controle do serviço de transporte coletivo na cidade, hoje na mão das empresas de ônibus. Teremos coragem, também, de iniciar o processo de rompimento da lógica carrocrata²⁴ existente em Belo Horizonte, conforme alertam os técnicos, investindo na mobilidade coletiva e de transporte ativo (calçadas, ciclovias, entre outras).

E, sendo Prefeita de Belo Horizonte, é preciso entender que BH é o centro de uma metrópole que pulsa trabalho, serviços e lazer. Ampliaremos as ações, não apenas as conversas, com os municípios da Região Metropolitana e com o Estado.

Nossas propostas iniciais são:

- Iniciar, ainda em 2025, o processo de diálogo, desenho e deliberação (*metodologia DDD*) sobre o novo contrato de prestação de serviço de transporte coletivo, com vistas garantir que o serviço de transporte público seja custeado com recursos públicos, como em São Paulo, por exemplo, não apenas pela tarifa paga pelos usuários, baseando o custo do serviço nos gastos reais que se tem para fazê-lo funcionar e não na quantidade de passageiros transportados.
- Garantir que o processo licitatório do novo contrato para prestação do serviço de transporte coletivo, em 2028 ou antes, reflita o interesse da população de Belo Horizonte, em especial, e dos municípios vizinhos.
- Ter controle da bilhetagem eletrônica dos ônibus, permitindo à Prefeitura gerenciar o dinheiro recebido e os dados sobre demanda de uso do serviço, como em São Paulo e Curitiba.
- Dar transparência aos dados existentes, em especial aos custos relativos ao transporte coletivo da cidade.

24

Ver <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-14/com-os-carros-nossa-cidadania-e-concretamente-mutilada.html>.

- 
- Realizar um diagnóstico da mobilidade urbana em BH, a partir de indicadores técnicos e, sobretudo, das experiências vividas pelas pessoas que usam o transporte coletivo, as calçadas e a diversidade das vias da cidade.
 - Unir a outros Prefeitos e Prefeitas de todo o país, bem como Governadores(as), para dialogar com o Governo Federal para que seja elaborado e instituído, o quanto antes, o Sistema Único de Mobilidade, o SUM, com vistas a garantir o direito constitucional que as pessoas têm à mobilidade.
 - Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Mobilidade Urbana para o curto e médio prazo, revisando-o, em Conferência, à luz da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
 - Ampliar as fontes de financiamento para programas, projetos e serviços de mobilidade urbana, como por exemplo a implantação de VLTs (Veículo Leve sobre Trilhos), o antigo bondinho, em áreas estratégicas da cidade, conectando ofertas de serviço, trabalho, emprego, renda, educação e lazer.
 - Garantir e ampliar a participação popular no controle e fiscalização do serviço e do uso dos recursos públicos com a mobilidade urbana, a partir do fortalecimento das CRTTs (Comissões Regionais de Transportes e Trânsito), do Conselho de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte e do Observatório da Mobilidade Urbana.
 - Revisar o funcionamento do GT Pedala BH, com vistas a torná-lo um espaço mais profícuo à discussão sobre a política, programas e ações para a mobilidade por bicicleta em Belo Horizonte.
 - Efetivar a estratégia de Visão Zero (em que nenhuma morte no trânsito é aceitável), por meio da articulação de políticas, programas e medidas de redesenho urbano, educação para o trânsito e gestão das velocidades nas vias da cidade.
 - Fazer cumprir as legislações municipais, estaduais e federais que dizem respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência na mobilidade urbana, ampliando os instrumentos que efetivam o direito das pessoas com deficiência à cidade, tal como os sinais sonoros, os abrigos de ônibus acessíveis, entre outros.
 - Ampliar o número percentual e absoluto de ônibus elétricos em Belo Horizonte, criando metas de curto, médio e longo prazo para esta substituição.
 - Criar o plano de transição da frota da Prefeitura, com metas de curto, médio e longo prazo e orçamento destinado à aquisição de veículos elétricos para toda a frota da cidade.

- 
- Promover a orientação e conscientização de proprietários de imóveis e terrenos sobre a importância da limpeza, conservação e construção de calçadas que respeitem as diretrizes de acessibilidade para garantir que todas as pessoas, com ou sem mobilidade reduzida, com ou sem deficiência, com ou sem carrinhos, possam circular de maneira segura e confortável em Belo Horizonte.
 - Garantir, pela fiscalização e aplicação de multas, quando necessário, a remoção de obstruções temporárias ou permanentes nas calçadas, como a presença de carros e motos estacionadas no espaço de circulação de pedestres ou a presença de lixeiras nas calçadas.
 - Estabelecer parcerias com a CEMIG para ampliar os pontos de iluminação ao longo da cidade e sua localização deve ser suficiente para evitar a existência de áreas escuras nas calçadas e na pista, e deve passar por manutenções periódicas.
 - Retornar à Prefeitura, BHTRANS/Sumob, o poder de aplicação de multas, conforme decisão do plenário do STF²⁵, em articulação com a Polícia Militar de Minas Gerais.
 - Promover a Política de Logística Urbana e seu respectivo plano, com vistas a tornar a mobilidade urbana um fator positivo, e não negativo, para os negócios e serviços prestados em Belo Horizonte.
 - Dialogar com a sociedade, de maneira prioritária, sobre projetos de mobilidade urbana em curso, como por exemplo a obra de melhoria da mobilidade urbana da avenida Afonso Pena e o Corredor Amazonas.
 - Intensificar o diálogo com a Agência Metropolitana e efetivar, em médio prazo, a integração física e tarifária dos sistemas de ônibus municipal e metropolitano.
 - Estudar novas formas de deslocamento e oferta de serviços de transporte entre os aeroportos de Belo Horizonte e as centralidades da cidade.
 - Garantir que haja oferta de transporte coletivo no período noturno e na madrugada, em articulação com as instituições de segurança pública e do comércio e serviço de Belo Horizonte, para garantir que trabalhadores e pessoas em momentos de lazer possam circular nestes períodos.
 - Garantir a participação ativa de Belo Horizonte em discussões, processos e projetos de gestão, ampliação e avaliação do serviço do metrô de Belo Horizonte, articulando com o Governo de Minas, a concessionária, trabalhadores metroviários e população, representando os melhores interesses do povo belo-horizontino neste processo.

²⁵ Ver <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=454211&ori=1>.

- 
- Realizar treinamento dos motoristas de ônibus e táxis com vistas ao respeito às diversidades das pessoas usuárias destes sistemas e com relação ao respeito ao pedestre, ciclistas e outros usuários.

Outra vez, Cidade Jardim: espaços públicos verdes, azuis e coloridos

Belo Horizonte já foi reconhecida em âmbito nacional e internacional com uma cidade bastante avançada em políticas públicas relacionadas às questões ambientais. Dentre outras ações, é preciso melhorar a qualidade da água dos rios que abastecem e estão dentro de Belo Horizonte, nos quais estão contidas várias áreas com matas ciliares.

Sobre a cobertura vegetal da cidade, vale a pena lembrar que Belo Horizonte tem um duvidoso índice de áreas verdes. É preciso engajar os proprietários de áreas na conservação dos serviços ecossistêmicos providos por essas florestas particulares, além de preservar áreas públicas para melhoria da qualidade do meio-ambiente na e da cidade.

É necessário trabalhar com a flora local para melhorar o conforto ambiental urbano, promover a biodiversidade, interligar maciços vegetais, qualificar a paisagem urbana, aumentar a área permeável, propõe-se um olhar atento às espécies vegetais que compõem a paisagem urbana. Este olhar deve ser aliado à proposta de requalificação da paisagem e democratização dos espaços de lazer.

Para tal, nossas propostas iniciais são:

- Realizar manutenção das praças dos bairros através da qualificação do uso e manutenção da infraestrutura, em parceria com as comunidades (Parcerias Públicos Populares ou Privadas, quando preciso for).
- Promover a implementação de jardins de chuva e pavimentação drenante, sobretudo em grandes áreas impermeabilizadas, como estacionamentos, permitindo a coleta da água da chuva.
- Instalação de Praças de Bolso (pequenas praças em vazios urbanos), criando espaços de convivência, recarga hídrica, plantio e refúgios climáticos.
- Possibilitar a instalação progressiva de Corredores Verdes, visando conectar o sistema de parques e áreas verdes da cidade e da Região Metropolitana.
- Criação de mais viveiros urbanos, ao menos um em cada regional, com vistas a subsidiar o Plano de Arborização de Belo Horizonte.

- 
- Iniciar a criação de um índice de áreas verdes da cidade que seja internacionalmente reconhecido, a partir de parceria com instituições de pesquisa e ensino.
 - Estabelecer procedimentos de parcerias com empresas e organizações sociais para plantios privados, a partir de mudas públicas, em jardins, calçadas e outros espaços privados e uso coletivo.
 - Estabelecer parcerias com proprietários de imóveis ou terrenos para realização de plantio de árvores na faixa de mobiliário urbano de calçadas que tenham larguras adequadas, atentando para seu porte, tipo de raiz e folhagem.
 - Criar uma Rede de Proteção da Flora Local, em articulação com instituições de pesquisa, Universidades, proprietários de áreas urbanas, agricultores urbanos, orquidários privados, floricultores, empresas com áreas verdes, escolas, casas de repouso, construtoras, entre outras, para doar e receber plantas rejeitadas, apreendidas e/ou que iriam para o aterro sanitário, com a finalidade de produzir alimentos, preservar plantas (principalmente nativas), realizar atividades de terapêuticas ocupacionais, aumentar a área verde da cidade e fomentar pesquisas científicas.
 - Realizar mapeando colaborativo das Plantas Comestíveis Não Convencionais (PANCs) de Belo Horizonte, com vistas ao desenhos de programas descentralizados de apoio ao produtor local de PANCs.
 - Mapear as áreas prioritárias para recuperação, tal como as áreas verdes remanescentes na cidade (Mata do Planalto, Parque Jardim América, Mata do Izidora) e instituir novas áreas para proteção e uso sustentável, como o Parque do Brejinho, Parque Lareira, Parque Betânia, Mata do Mosteiro, com reflorestamento compatível com a legislação em vigor.
 - Implementar um plano de recuperação de áreas degradadas para criação de espaços públicos de uso sustentável.
 - Monitorar os gastos públicos com combate ao desmatamento e queimadas, com ênfase na qualidade do gasto, tendo em vista os retrocessos ambientais que estamos vivendo na cidade.
 - Investir em áreas protegidas e floresta em pé, incluindo na legislação orçamentária o aumento de gastos com áreas protegidas, parques e agroflorestas urbanas.

Tenho uma dívida com BH e com o povo mineiro. Sempre digo que meu nome está no SPC *das árvores*. Então, como parte da nossa gestão na Prefeitura, promoveremos o plantio de dezenas de



milhares de árvores em toda a cidade, ampliando o Plano de Arborização. E também vamos cuidar delas, para que o plantio não seja em vão. A cidade se mobilizou contra o corte dos Ficus, nos anos 2010. A cidade se mobilizou novamente contra o fim da Mata do Planalto, do Jardim América e, mais recentemente, contra o corte de árvores para a realização de uma corrida. É uma política que todo mundo gosta, menos alguns que preferem a motosserra.

Resíduos sólidos: gestão eficiente, popular e solidária

Quando falamos “resíduos”, muita gente pensa em “lixo”. No entanto, partimos do princípio que resíduos sólidos são matérias primas que precisam ser respeitadas e bem trabalhadas. Destaco, então, o papel dos catadores nesta política. Historicamente, Belo Horizonte teve políticas avançadas na gestão de resíduos²⁶, com participação de catadores, mas que foram sendo desmobilizadas com o passar dos anos. Já em 1990, foi criada a ASMARE (Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis), referência na reciclagem de materiais e geração de emprego e renda para os catadores. Em 1993, a Prefeitura firmou o primeiro convênio com a Asmare e a incorporou como parceira prioritária na coleta seletiva.

Atualmente, a cidade conta com pelo menos seis cooperativas e associações de catadores, que vêm trabalhando sem o devido respeito e cuidado. Um exemplo: pesquisa feita pela rede WIEGO²⁷ (Mulheres no Trabalho Informal: Globalizando e Organizando, em português) identificou que 91% dos catadores consideram que já sofrem com as mudanças climáticas.

Por outro lado, o setor de resíduos sólidos é responsável por 22% das emissões de gases de efeito estufa na cidade²⁸, tendo os catadores papel fundamental para assegurar que esse número não seja ainda maior. Ou seja, os catadores são extremamente impactados pelas consequências das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, são responsáveis por reduzirem as emissões de gases causadores das mudanças climáticas, numa equação nada justa.

²⁶ DIAS, Sonia Maria. Construindo a cidadania: avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a ASMARE. Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: IGC/Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG, 2002.

²⁷

https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/file/wiego-nota-politica-29_1.pdf.

²⁸

<https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/inventario-de-emissao-de-gases-de-efeito-estufa>

Ver

Ver



No que tange à coleta convencional, Belo Horizonte conta com duas Centrais de Tratamento de Resíduos Sólidos, sendo uma localizada em Belo Horizonte (CTRS BR-040), que iniciou sua operação em 1975 e encerrou suas atividades em 2007, continuando a aterrar até 2017 os resíduos de serviços de saúde (RSS), resíduos de construção civil e demolição (RCD) e resíduos públicos urbanos. A outra central está localizada no município de Sabará (CRTS Macaúba), que recebe a maior parte dos resíduos sólidos urbanos gerados e coletados em Belo Horizonte, com altíssimo custo de manutenção para a Prefeitura e o cidadão de BH. Aqui, consideramos que precisamos *enfrentar a terceira e última máfia que identifiquei na cidade: a máfia do 'lixo'*.

O estudo usado para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento 2012-2015 mostrou que essa era a composição dos resíduos em BH de 61,59 % de matéria orgânica (40% resíduos alimentares, 9,05% poda e 11,99% outros perecíveis), 9,53% de papel, 10,88% de plástico, 2,29% de metal, 2,85% de vidro, 2,85% de entulho, 0,65% de espuma, isopor e cerâmica, 4,04% de madeira, tecido, borracha e couro, 0,18% de resíduo perigoso doméstico, 0,27% de resíduo serviço de saúde e 0,26% de resíduos automotivos, restando 4,60 % de rejeitos. Isto significa que há grande volume de materiais recicláveis e reutilizáveis sendo enviados para o aterro Macaúbas. Por quê?

Se hoje a SLU consegue varrer quase 100% das vias da cidade, por que não vamos coletar o resíduo, seletivamente, de 100% dos cidadãos? Reciclar é economizar energia. E economizar energia é contribuir para reduzirmos as emissões dos gases que causam as mudanças climáticas. Assim, queremos, e precisamos, expandir o serviço de coleta seletiva, política bem aceita pelos cidadãos de BH, na rota de promover a sua universalização em um futuro não distante, integrando a ele as ações e iniciativas comunitárias de gestão de resíduos, com participação dos catadores no planejamento, gestão e no monitoramento dessa expansão.

Para reverter essa lógica, queremos fortalecer a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte, para que ela volte a ser uma autarquia eficiente, inovadora e eficaz. Neste sentido, vamos implementar políticas de gestão de resíduos que se integrem às de assistência social, desenvolvimento econômico e territorial, segurança alimentar, agricultura urbana, saúde, meio ambiente e limpeza urbana. Por exemplo, implementando pequenas agroflorestas perto ou mesmo dentro dos galpões, para que catadores tenham melhoria na sensação térmica, frutas frescas e sombra, para dias de maior calor.

Nossas propostas iniciais para a gestão de resíduos são:

- Desenvolver o planejamento e gestão integrada de resíduos, com participação de catadores, considerando a revisão técnica e popular do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de BH para adequá-lo às condições atuais, pós pandemia, e às particularidades locais, por bairros e regionais, dos territórios e transformando-o em ato



normativo (portaria, decreto ou lei - a se avaliar), com metas e orçamento destinado.

- Ampliar a coleta seletiva em Belo Horizonte, com participação dos catadores, em, pelo menos, 20% por ano, tendo como ano base 2024.
- Promover a inclusão e integração dos trabalhadores da reciclagem, em especial os catadores e catadoras, organizadas e autônomas, no desenvolvimento de modelos mais seguros, sustentáveis e eficientes de coleta seletiva, garantindo melhores condições de trabalho neste contexto de crise climática.
- Garantir o pagamento pelo serviço de triagem feito pelos catadores, com valores justos.
- Criar procedimentos que promovam a reciclagem do entulho da construção civil com fim de aproveitamento dos materiais em programas de habitação popular e criação de praças e parques.
- Fazer todos os esforços possíveis para garantir que, já no carnaval de 2025, com orçamento estabelecido, os catadores recebam para coletar 100% do resíduo gerado no carnaval.
- Criar um plano de ação para o exercício do trabalho dos catadores durante os grandes eventos do calendário belo-horizontino, garantir que sejam remunerados para tal, incluindo aí os carnavais dos anos de 2026, 2027 e 2028.
- Desenvolver políticas, programas e instrumentos para efetivação da logística reversa em todo o território municipal, como por exemplo do vidro, dos automóveis e de outros tantos objetos.
- Estimular e fortalecer a experiência do Fórum Lixo e Cidadania, com maior participação de Secretarias Municipais e das regionais.
- Expandir e promover os mecanismos de acesso e disponibilização de dados que garantam transparência da gestão de resíduos em Belo Horizonte, como por exemplo ter diálogos sobre o contrato da SLU com as grandes empresas de coleta de resíduos na cidade e, quem sabe, revisar ou encerrar o contrato, se forem identificadas falhas.
- Valorizar e estimular o trabalho de educação ambiental e climática, com linguagem popular, realizado por catadores, no âmbito da política de gestão de resíduos da cidade.
- Desenvolver políticas de incentivo econômico a ações descentralizadas de compostagem de resíduos orgânicos e integração direta à políticas de agricultura urbana, segurança alimentar e abastecimento.

- 
- Estar atenta - e trabalhar contra - qualquer iniciativa que seja permissiva à incineração em Belo Horizonte.
 - Ampliar, com estímulo público, as iniciativas de ruas, bairros e regionais lixo zero.

Economia Urbana Solidária, Criativa e Circular: emprego, trabalho, renda e oportunidades

A articulação do conjunto de conhecimentos, habilidades, culturas e valores sociais da população belo-horizontina são motivo de orgulho para nós. E, além disso, são insumos para gerarmos valor econômico para nossa cidade. Neste sentido, ressaltamos que Belo Horizonte possui ativos valiosos em suas periferias, escolas, universidades, instituições e centros de pesquisa, museus, centros artísticos, centros comunitários, empresas de base tecnológica, em seus bares e restaurantes, na Serra do Curral preservada, e em outros espaços onde há fluxo e compartilhamento de ideias, bens e serviços.

A Economia Solidária tem seu destaque no cenário de alternativas de organização econômica devido ao seu caráter de inclusão social por meio de cooperativas de trabalho, grupos autogestionários, associações e redes solidárias.

Destacamos que nossa cidade sempre foi reconhecida pela força da sua economia solidária, circular e criativa, envolvendo toda uma população que se ocupa com a produção de alimentos, vestuário, produtos artesanais e da destinação correta dos resíduos, entre outros, para a garantia de empregos, geração de renda e sobrevivência familiar.

Para tal, propomos, inicialmente:

- Valorizar a economia criativa, potencializando e desburocratizando pequenos comércios da periferia.
- Estimular, por meios legais e administrativos, a criação de polos tecnológicos nas regionais.
- Fazer cumprir o disposto na Lei do Plano Diretor para promover a descentralização territorial da oferta de comércios e serviços da regional centro-sul, fomentando o desenvolvimento local, principalmente em bairros e regiões periféricas e/ou de maior vulnerabilidade.
- Implementar um Plano de Ação para fomentar o aquecimento econômico das pequenas empresas.

- 
- Implementar programa de compras públicas que, respeitando a legislação vigente, privilegie, aumente e impulse os negócios belo-horizontinos e da Região Metropolitana.
 - Incentivar que os comércios em varejo destaquem em suas dependências os produtos oriundos de Belo Horizonte e da Região Metropolitana.
 - Realizar campanhas de incentivo ao consumo local, com criação de um selo que mostre que o produto é local.
 - Promover feiras de negócios lideradas por empreendedoras belo-horizontinas.
 - Promover a Primeira Conferência Municipal de Economia Solidária, Criativa e Circular, garantindo a participação de iniciativas das nove regionais da cidade e de todos os municípios da Região Metropolitana.
 - Implantar linhas de crédito produtivo para mulheres e jovens empreendedoras.
 - Incentivar a promoção de eventos ao ar livre e em espaços públicos (como ruas, praças, parques e espaços culturais).
 - Criar três Centros Públicos de Economia Solidária, Criativa e Circular que comporte atividades de comercialização, mostras, oficinas, apresentações culturais, dentre outras.
 - Planejar e implementar escola profissionalizante municipal, em articulação com instituições de ensino e empresariais, para jovens aprendizes no setor de bares e restaurantes da cidade.
 - Instituir Grupo de Trabalho para criar mecanismos fiscais e econômicos para o setor de restaurantes e bares de Belo Horizonte, com vistas a valorizar a história das edificações e, sobretudo, as memórias e identidades destes lugares.
 - Criar e mapear indicadores referentes ao impacto da economia Solidária, Criativa e Circular na cidade.

Desenvolvimento Urbano: de BH para o mundo e um mundo de oportunidades para BH

Urge que a Prefeita de Belo Horizonte faça com que a economia urbana gere integração social, redução das desigualdades de oportunidades, abrindo condições de qualificação, criação de emprego sustentáveis e renda para toda a população, em especial para quem mais carece.

O Mapa das Desigualdades mostra que há enorme diferença de renda entre brancos e negros em BH. No bairro São Pedro, onde há maior desigualdade



neste aspecto, uma pessoa branca ganha até 2,5x que uma pessoa negra. A média na cidade é de 1,4x. Quando pegamos a diferença entre a renda de homens brancos e mulheres negras em BH, temos a média de 2,1x em toda a cidade. Ou seja, os homens brancos em BH ganham 2,1x mais que as mulheres negras da cidade.

Indicadores nos ajudam a compreender o resultado das políticas em Belo Horizonte, suas ausências e, também, a subsidiar revisões de programas, planos e medidas. Um destes indicadores é o Índice de Desenvolvimento Humano baseado em três dimensões, longevidade, educação e renda média (medida por bairro de Belo Horizonte). O IDH tem limitações, mas potencializa algumas análises. Uma delas é que os maiores IDH de Belo Horizonte são até 1,5x superiores que os menores, apontando para uma enorme desigualdade existente dentro da nossa cidade.

Conforme alerta estudo do Observatório das Metrôpoles²⁹, “nos últimos dez anos, mesmo com um histórico de *superávits* fiscais, a prefeitura reduziu a taxa de investimentos na cidade para menos da metade, o que pode ter contribuído para agravar os problemas urbanos de Belo Horizonte.”

Uma das formas de avançarmos na criação de empregos e renda na nossa cidade, com recortes de raça, gênero e outros, é através da ampliação de investimentos públicos. Compreendemos que Belo Horizonte é uma cidade que tem capacidade de arrecadação de recursos, mas não tem tido a mesma capacidade para trazer e efetivar investimentos em todo o seu território, como aponta o estudo.

Trago aqui uma pesquisa³⁰ que muito me interessa e que elucida o que estou falando sobre a *máfia das empresas de ônibus* e que tem impacto direto na capacidade - e destinação - de investimentos em Belo Horizonte. Começo pelo título dado: “O *diabo na rua, no meio do redemoinho*”, parafraseando o Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa. A pesquisa diz respeito ao Editais de Licitação e o Serviço de Transporte Público em Belo Horizonte, realizado no final

²⁹

Ver <https://www.brasildefatomg.com.br/colunistas/observatorio-das-metropoles-nas-eleicoes-um-outro-futuro-e-possivel>.

³⁰

Ver <https://brunocarazza.com.br/o-diabo-na-rua-no-meio-do-redemoinho-editais-de-licitacao-e-o-servico-de-transporte-publico-em-belo-horizonte/>. O estudo aponta para as exigências de qualificação técnica previstas no edital, com a intenção de estabelecer um primeiro filtro na licitação. Um dos filtros salta aos olhos: declaração e comprovação da disponibilidade de imóvel destinado à instalação de garagens para execução dos serviços pelo período de vigência do contrato. É sabido que o custo dos terrenos em Belo Horizonte, mesmo em 2008, era altíssimo. Ou seja, exigir que os interessados em participar da licitação comprovassem possuir terrenos ou contratos de locação de áreas nos padrões exigidos pelo edital eliminou muitas empresas que poderiam ter interesse em participar da licitação e, por outro lado, garantiu que as mesmas grandes empresas, de Belo Horizonte, pudessem concorrer, sozinhas, e vencer a licitação. Perdeu o povo de Belo Horizonte.



dos anos 2000, e que estabeleceu o bilionário³¹ contrato entre a Prefeitura de Belo Horizonte e as empresas que geririam o maior sistema de transporte coletivo da cidade entre 2008 e 2028. Ou seja, se a Prefeitura, em 2008, optou por fazer um edital que resultaria na assinatura do contrato que paga bilhões de reais às empresas de ônibus, ela optou por não investir em outras áreas, no povo.

Outra área que traremos de volta à primazia em Belo Horizonte é a das relações internacionais do município. Entendemos que ampliar a capacidade diplomática de Belo Horizonte contribuirá para a busca por financiamentos internacionais para consecução de políticas, programas e projetos. Também pretendemos participar de missões internacionais, para atração de investimento e atenção para nosso município, tornando Belo Horizonte um *hub* para alguns tipos de empresas que querem se instalar no Brasil.

Queremos internacionalizar o turismo de Belo Horizonte, assim como fez Lima, capital do Peru, que empreendeu esforços para que o turista das regiões de Machu Picchu também fossem e ficassem em Lima. Nossas cidades vizinhas têm belezas únicas, assim como Belo Horizonte. Pretendemos estabelecer acordos com estas cidades para que os turistas viagem a elas e também conheçam Belo Horizonte. E, como Lima, vamos tornar Belo Horizonte uma capital gastronômica do país. Sabemos do potencial cultural de Belo Horizonte e pretendemos receber mais festivais internacionais, ampliando a oferta de eventos na cidade.

Em outro campo, a internacionalização de Belo Horizonte potencializá a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a partir da implementação e adaptação de experiências de outras cidades, discutidas em redes de cidades, da promoção de projetos de cooperação bilateral com cidades com conhecimento específicos, como Stuttgart, que tem larga experiência em circulação e mobilidade durante grandes eventos, com olhar para América Latina.

Atualmente, segundo dados de organização do setor, quase 30% dos empresários de alimentação fora do lar (bares, restaurantes, lanchonetes, entre outros), possuem atrasos com relação às taxas municipais. A mesma pesquisa identificou que quase 70% das empresas devem impostos federais e 45% devem estaduais. Ou seja, a situação é de alto endividamento.

Em uma outra linha de ações, unificaremos as Secretarias de Fazenda e a de Planejamento, Orçamento e Gestão, tornando-a um órgão mais eficiente, com menos custos e mais inovação. Ela será o órgão de planejamento do município, cuidando do orçamento público, do dinheiro do povo, dos contratos com empresas e organizações, da tecnologia de informação, da política de gestão de pessoas de Belo Horizonte, além do monitoramento de políticas públicas governamentais e da gestão estratégica e de projetos. Vamos gastar menos e

31

Ver <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/08/01/verba-publica-para-empresas-de-onibus-de-bh-aumenta-50percent-no-1o-semester-enquanto-productividade-cresce-10percent.g.html>.

Ver



cuidar melhor das pessoas.

Neste sentido, nossas propostas iniciais são:

- Respeitar os limites fiscais de Belo Horizonte, valendo-se da ampliação da capacidade de investimento da cidade para realização das propostas ora apresentadas.
- Dar prosseguimento à política de transparência dos dados fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte.
- Fortalecer as instituições públicas, fazendo o levantamento e reorganização de uma série de instrumentos e mecanismos há tempos existentes no município, assim como a revisão de formas de contratação.
- Aprimorar o modelo tributário municipal, transformando processos e procedimentos, com modernas estruturas informatizadas, criando maior atratividade local, à luz da Lei da Reforma Tributária.
- Promover melhoria contínua para garantir eficácia, eficiência, qualidade e controle é uma medida de sobrevivência diante da escassez de recursos.
- Manter os incentivos tributários, em especial aqueles relacionados com a preservação ambiental.
- Dialogar com a população e as organizações do comércio de Belo Horizonte sobre um possível reposicionamento da cidade no que diz respeito à sua vocação turística e comercial, valorizando os patrimônios culturais, gastronômicos e turísticos da cidade, como os Bares Notáveis de Buenos Aires.
- Revisar e atualizar a base de cálculo e alíquotas do IPTU, defasadas há anos, em consonância com o texto aprovado pela lei nacional da Reforma Tributária, promovendo a justiça tributária em Belo Horizonte.
- Estabelecer parceria com Universidades e instituições de pesquisa para realização da primeira pesquisa de percepção do belo-horizontino sobre a cidade, à luz da pesquisa “ Viver em São Paulo”³², para coletar e conhecer a percepção dos moradores de Belo Horizonte sobre temas como bem-estar, confiança nas instituições, avaliação da administração municipal (incluindo o poder legislativo) e investimentos públicos em áreas como saúde, educação, transportes, moradia, espaços públicos e cultura, entre outras, e orientar a gestão municipal na tomada de decisões.
- Instituir novos índices para avaliação da qualidade de vida do belo-horizontino, para além da pesquisa de percepção elencada acima, tal

32

Ver <https://www.nossasaopaulo.org.br/2024/01/23/pesquisa-revela-percepcao-da-populacao-de-sao-paulo-sobre-a-qualidade-de-vida-na-cidade/>.

Ver



como o Índice de Pobreza Multidimensional incluindo nele as características socioeconômicas, geográficas e dimensões como bem-estar subjetivo, felicidade, empoderamento, preconceito, discriminação e racismo.

- Diminuir a dependência dos repasses estaduais e federais ampliando a eficiência da Gestão Tributária das receitas próprias, pelo desempenho fiscal dos técnicos, informatização, avaliação e monitoramento permanentes.
- Fortalecer a administração pública através da formação e capacitação continuada da administração pública, valorização dos servidores, abertura de novos concursos para contratação de técnicos.
- Garantir que haja no mínimo 40% de gestoras nos cargos de chefia da Prefeitura até 2026.
- Realizar concursos, editais de licitação e outros de Projeto para obras públicas, com vistas à contratação que privilegie o critério de qualidade do projeto, podendo ser realizado para diferentes escalas.
- Inovar na realização de editais, apresentando à sociedade problemas diversos de Belo Horizonte e solicitando a apresentação de soluções inovadoras nos chamamentos, tal como o fez a Prefeitura de Fortaleza³³.
- Criar, em rede com outros atores, um ecossistema de inovação e um plano de evolução tecnológica baseado no modelo de startups, código aberto e licença livre, em rede de colaboração distribuída, com instituições públicas ou privadas visando atender as demandas de *software* do governo municipal.
- Adotar novas tecnologias para melhorar a eficiência dos serviços públicos, como a implementação de cidades inteligentes, plataformas digitais de participação cidadã, e a integração de serviços públicos em aplicativos móveis.
- Dar preferências a contratação de *softwares* de *startups* locais, baseados em licença livre e multi-plataforma, e dividindo custos com outros entes.
- Conveniar, licenciar e compartilhar o desenvolvimento de *softwares* com outros entes governamentais, bem como, disponibilizar os *softwares* de propriedade da prefeitura para entes que tenham demandas similares, barateando custos.

- 
- Colocar como princípio a democratização do acesso a dados e informações, sistemas de monitoramento e transparência disponibilizados de modo acessível, com base nos preceitos de Governo Aberto.
 - Valorizar e requalificar o orçamento participativo, desenvolver novas ferramentas para ampliação do orçamento participativo digital.
 - Aumentar a disponibilidade de mapas inteligentes e interativos nos aplicativos da prefeitura.
 - Fortalecer o diálogo com as associações, redes e iniciativas comunitárias e empresariais, com vistas a fortalecer o comércio local, respeitando as diversidades das regiões e bairros da cidade, e pequenas empresas, incluindo incentivos fiscais e programas de capacitação para turismo, economia pulsante.
 - Coliderar o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com base no que está previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) com políticas e planejamento que devem ser elaboradas de forma conjunta e cooperada por representantes do Estado, dos Municípios integrantes da RMBH, empresas e da sociedade civil.
 - Fortalecer Políticas junto ao Governo Estadual e Municípios da RMBH para um desenvolvimento sustentável da região, integração das políticas de saneamento, abastecimento de água, gestão de resíduos e de mobilidade urbana, as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), bem como as ambientais, habitacionais, de saúde e educação, tal como a Trama Verde e Azul³⁴.
 - Reduzir as desigualdades dos indicadores de desenvolvimento humano e bem-estar intra bairros e regionais da cidade, ano a ano, com políticas públicas monitoradas e revisadas periodicamente.
 - Revisar e dialogar com a sociedade sobre os Fundos Municipais.
 - Fomentar o desenvolvimento de novos arranjos produtivos, com o estabelecimento de um ambiente de negócios que promova espaços compartilhados de produção (*coworking*) em todas as regionais, especialmente nas periferias.
 - Estabelecer Programas de Recuperação Fiscal para setores da cidade com objetivo de facilitar a regularização e renegociação de dívidas tributárias ou não tributárias de pessoas jurídicas ou físicas com o Município de Belo Horizonte.

³⁴ Ver http://www.rmbh.org.br/central.php?tema=Plano_Metropolitano-TVA.

- 
- Dialogar com o setor de restaurantes e bares, bem como com o de comércios e serviços de hotelaria, e outros, para que criar e realizar eventos em geral para fomentar estes setores durante alguns períodos do ano.
 - Oferecer suporte aos empreendimentos de pequeno e médio porte, com apoio técnico e jurídico e fomento ao acesso a crédito e capacitação.
 - Expandir os programas de formalização e inserção econômica de negócios locais, principalmente aqueles geridos por mulheres e jovens.
 - Tornar as compras públicas mais inclusivas e sustentáveis, ampliando mecanismos de transparência e eficiência para a participação de micro e pequenos empresários.
 - Contribuir para fazer com que os benefícios das políticas de transferência de renda cheguem a todos que têm direito, conjugando esforços dos governos federal e estadual para ampliar a qualidade e a capilaridade do cadastro de usuários do CadÚnico, valendo de ações de busca ativa, cruzamento de dados de diversos programas sociais e trabalho conjunto com a sociedade civil, atentando para a melhoria dos mecanismos de transparência da distribuição destes recursos.
 - Elaborar Olimpíadas do Conhecimento/Científicas para o quadro de servidores municipais e também para alunos da rede municipal, com vistas a estimular a produção científica e técnica na e da cidade, bem como a valorização dos servidores e das escolas municipais.
 - Redesenhar o processo de internacionalização e interiorização de Belo Horizonte, valendo-se dos benefícios destes processos para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da capital mineira.
 - Valorizar e estimular a participação de Belo Horizonte em redes nacionais e internacionais de cidades e organizações de municípios e gestores, como parte fundamental do processo de desenvolvimento de Belo Horizonte.
 - Desenhar e implementar experiências inovadoras de participação na elaboração de orçamentos públicos, aprofundando o envolvimento da cidadania e ampliando a transparência e o combate à corrupção na formação de prioridades e dos investimentos governamentais, territorializando os investimentos e o custeio do funcionamento da Administração Pública.

Transição ecológica, justa e inclusiva

Quero iniciar um plano para que a Prefeitura de Belo Horizonte caminhe rumo ao que chamamos de Net Zero, ou zero emissões. Isso quer dizer que



reduziremos as emissões da Administração Pública Municipal e compensaremos as demais. Dessa forma, seremos os primeiros a dar o exemplo à população, às empresas e outras instituições privadas sobre a importância de reduzirmos - e zerarmos - as emissões líquidas na cidade.

Pretendemos estimular o uso instrumentos e ferramentas para que gestão urbana seja eficaz, com tecnologias já existentes, a proteção e o resgate da nossa sociobiodiversidade e da construção de um ecossistema urbano mais sustentável e inclusivo. Para isso, pretendemos respeitar os preceitos da arquitetura com soluções baseadas na natureza e permacultura, assim como os 3R (reduzir, reutilizar e reciclar).

Algumas das propostas que apresentamos inicialmente são:

- Incentivar a (re)utilização dos recursos naturais nas construções civis, privadas e públicas, e empreendimentos particulares para melhor aproveitamento dos recursos naturais (captação de água da chuva, aquecimento de água e geração de energia utilizando a energia solar, construção de telhados verdes e técnicas da permacultura que auxiliam no resfriamento do edifício).
- Implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), avançando na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de planejamento ambiental territorial.
- Implementar selo verde para os negócios que implementam práticas ecológicas alinhadas ao disposto em legislação municipal: metas para redução de resíduos, separação de resíduos, envio para cooperativas, implementação da logística reversa, redução do consumo de energia, estímulo a modos ativos, entre outras medidas.
- Garantir a progressiva adequação de edifícios públicos a princípios de sustentabilidade, conforme previsto no Plano Diretor, como os prédios onde há órgãos da Administração Direta e Indireta, as escolas municipais, postos de saúde, ginásios e quadras de esportes.

Turismo sustentável, inclusivo e cultural

Belo Horizonte é reconhecida e valorizada nacionalmente pelo perfil acolhedor de sua população. Temos um potencial turístico gigantesco, que ainda pode ser muito melhor explorado e divulgado (inter)nacionalmente. Nossa cidade já é muito reconhecida - mas nunca em demasia - pela sua grandiosa oferta de feiras, bares, comércios de rua, mercados, e por nossa rica gastronomia.

Nossa cidade também tem se firmado cada vez mais como uma referência de cultura urbana. Podemos citar a força de nossa economia criativa, a beleza de



nossas artes urbanas e o caráter gregário de nossas movimentações culturais. Nosso carnaval já é um dos maiores do país, e a cada ano se fortalece em suas novas tradições.

Belo Horizonte também é e deve ser cada vez mais reconhecida pela exuberância da Serra do Curral e por um entorno riquíssimo de cidades históricas, com belezas e atrativos naturais e com muita cultura à disposição dos turistas locais e de fora de Belo Horizonte.

O fomento ao turismo em BH favorece nossa economia e nossa população, e acreditamos que também pode contribuir muito com todo o nosso país, ao compartilhar deste modo de vida solidário que nos é tão peculiar.

Para tal, nossas propostas iniciais são:

- Realizar um seminário com empresas da área do turismo, bares, restaurantes, entidades de classe, startups da área, Prefeituras de cidades vizinhas e históricas e o Governo de Minas.
- Articular para termos mais estudos sobre a rota Belo Horizonte-Brumadinho de trem.
- Firmar parceria com as Prefeituras dos municípios mineiros e do Espírito Santo nos quais o trem Vitória-Minas passa, para garantir que mais pessoas visitem Belo Horizonte de trem.
- Estabelecer diálogo permanente com empresas do ramo turístico como agências de viagem, serviços de hospedagem e guias turísticos.
- Criar roteiros cicloturisticos, saindo de Belo Horizonte, conectando a capital às rotas turísticas existentes na região, como por exemplo com a Rota do Ferro, que se inicia em Sabará, fomentando o turismo entre municípios da Região Metropolitana.
- Aprimorar a divulgação turística da cidade nos seus dois aeroportos, rodoviárias e nos acessos rodoviários do município.
- Implantar pontos de informação turística em mais áreas da cidade.
- Instituir o primeiro circuito cultural LGBT da cidade.
- Adequar o acesso aos equipamentos turísticos, parques e praças à legislação sobre acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Mapear negócios e comunidades que queiram oferecer experiências com valor agregado aos visitantes, a partir da cultura comunitária, e inserir estas iniciativas no mapa turístico da cidade.



- Criar uma plataforma com todos os eventos da cidade, com filtragem por categoria, regional, preço, tipo de atração, etc.
- Apoiar iniciativas já existentes de observação de aves e fomentar este tipo de turismo na cidade.
- Fortalecer e criar rotas turísticas contemplando as memórias históricas das populações que ajudaram a construir Belo Horizonte, como a população negra, quilombola, indígena, LGBT e outras.
- Restabelecer as lunetas para observação da paisagem urbana em vários pontos da cidade.
- Mapear e garantir a preservação e a zeladoria de todos os mirantes da cidade, estimulando a criação de centros gastronômicos no entorno deles.
- Incentivar o turismo controlado nas áreas de preservação ambiental urbana, com foco na educação para o turismo responsável e cuidados com a natureza, tal como a Serra do Curral e outros.
- Incluir serviços e atividades de lazer nas áreas naturais da cidade, como aluguel de bicicleta, caiaque, trilhas interpretativas com guias locais.
- Estimular a implantação de sistemas de bicicleta compartilhada dentro do Parque Municipal, Parque Ecológico (retomar), Parque Lagoa do Nado e outros.
- Estimular a criação de circuitos de pedaladas e caminhadas turísticas guiadas por moradores locais que são guias, professores ou moradores, com foco nos ativos culturais da cidade.
- Estimular o turismo religioso, considerando a ampla diversidade histórica e religiosa da cidade.
- Promover e incentivar a realização de festivais nacionais e internacionais de música, dança, teatro entre outras atividades gastronômicas e culturais.



Desde já, agradecemos ao povo belo-horizontino por nos permitir apresentar propostas a serem debatidas pela cidade, pela sociedade.

Com carinho,

Duda

Professor Francisco Foureaux



PREFEITA
DUDA 12
— VICE: PROFESSOR —
FRANCISCO FOUREAUX

